

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Jorge Miguel Gouveia Neto

ENTRE O MAR E A TERRA:
ESTUDO DE CASO DA ARTE-XÁVEGA

Dissertação no âmbito do Mestrado em sociologia, orientada pela Doutora Paula Casaleiro,
com coorientação do Professor Doutor Paulo Peixoto e apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra

Setembro de 2019

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Jorge Miguel Gouveia Neto

ENTRE O MAR E A TERRA

ESTUDO DE CASO DA ARTE-XÁVEGA

Dissertação no âmbito do Mestrado em sociologia, orientada pela Doutora Paula Casaleiro,
com coorientação do Professor Doutor Paulo Peixoto e apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra

Setembro de 2019



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

AGRADECIMENTOS

No final de mais uma etapa da minha vida académica acho relevante deixar um agradecimento a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste percurso.

Aos meus pais, fica um enorme agradecimento pela confiança que depositaram em mim e pelo investimento que fizeram no meu futuro.

Às minhas irmãs, que sempre me apoiaram incondicionalmente.

Aos meus amigos/as, pelos momentos inesquecíveis.

Ao Professor Doutor Paulo Peixoto, pela disponibilidade durante o decorrer de estágio e após o terminar do mesmo.

À minha orientadora, Doutora Paula Casaleiro, pela constante disponibilidade e acompanhamento no decorrer do estágio e após o terminar do mesmo, cujo contributo foi crucial para o enriquecimento do presente relatório.

Quero também agradecer ainda aos membros da Linha transversal impactos socioeconómicos e direitos culturais do projeto ReNATURE (referencia), especialmente à Professora Doutora Fátima Alves e Professora Doutora Paula Castro, pela oportunidade e forma acolhedora como fui recebido desde o primeiro momento.

Deixo ainda um enorme agradecimento à equipa do Estudo de caso da Arte-Xávega e em particular ao Professor Doutor Miguel Pardal, pela forma como fui recebido e integrado na equipa de trabalho, o que sem dúvida facilitou as atividades desempenhadas durante o trabalho de campo.

Obrigado!

RESUMO

O presente relatório resulta do estágio curricular realizado no Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet (CFE-UC) para obtenção do grau de mestre em sociologia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O estágio curricular foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação ReNATURE - Valorização dos Recursos Naturais Endógenos da Região Centro, entre os meses de maio e agosto de 2018. Mais concretamente, no estudo de caso sobre a arte-xávega na Região Centro desenvolvido pela linha de investigação impactos socioeconómicos e direitos culturais.

Este relatório encontra-se dividido em três partes. Uma primeira parte referente ao enquadramento institucional e de investigação, incluindo uma breve caracterização da entidade de acolhimento, do projeto ReNATURE e respetivas linhas de investigação, e do estudo de caso sobre a arte-xávega. Na segunda parte apresenta-se o estado da arte sobre a evolução da pesca e da arte-xávega, identificando nomeadamente os vários factores que contribuem para a crise da pesca e da arte-xávega, e a caracterização dos Concelhos e Freguesias onde se pratica a arte-xávega, em Portugal. A terceira e última parte centra-se no desenvolvimento do estágio e inclui uma reflexão sobre as atividades desenvolvidas ao longo deste, nomeadamente a aplicação de inquéritos por questionário a armadores e pescadores de arte-xávega, o acompanhamento do inquérito (online) de auto-administração destinado a Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia onde se pratica arte-xávega, a transcrição de entrevista aplicada a um armador de arte-xávega e, por fim, as sessões sobre criação e aplicação de inquéritos com estudantes de biologia. Estas atividades permitiram desenvolver e aplicar conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos ao longo da licenciatura e mestrado em sociologia, sendo um complemento importante à formação académica.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca; Arte-xávega; Caracterização sociodemográfica; Pescadores; Recursos Naturais

ABSTRACT

This report results from the curricular internship held at the Center for Functional Ecology - Science for People & the Planet (CFE-UC) to obtain a master's degree in sociology from the Faculty of Economics of the University of Coimbra. The internship was developed within the scope of the research project ReNATURE - Valorization of Endogenous Natural Resources of the Central Region, from May to August 2018. More specifically, in the case study on the arte-xávega in the Portuguese Central Region developed by the research line sócio-economic impacts and cultural rights.

This report is divided into three parts. A first part refers to the institutional and research framework, including a brief characterization of the host entity, the ReNATURE project and its lines of research, and the case-study of arte-xávega. In the second part we present the state of the art about fishing and arte-xávega and the characterization of the Councils and Parishes where arte-xávega is practiced in Portugal. The third and last part focuses on the development of the apprenticeship and includes a reflection on the activities carried out during the apprenticeship, such as the application of questionnaire surveys to arte-xávega fishermen, follow-up of the online survey administration for the Municipal Councils and Parish where practicing arte-xávega the interview transcription applied to a guard of arte-xávega and finally workshops on development and implementation of surveys. These activities allowed the development and application of theoretical and methodological knowledge acquired during the undergraduate and master's degree in sociology and were an important complement to academic training.

KEYWORDS: Fishing; Arte-Xávega; Sociodemographic characterization; Fishermen; Natural resources

Índice

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	viii
ÍNDICE DE TABELAS	ix
ÍNDICE ANEXOS	x
LISTA DE ACRÓNIMOS	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO DE ESTÁGIO – INSTITUCIONAL	3
1.1. Breve caracterização da entidade acolhedora CFE-UC	3
1.2. Breve caracterização do projeto ReNATURE	4
1.2.1. Áreas de intervenção do projeto ReNATURE	5
1.3. O estudo de caso da arte-xávega.....	9
2. ESTADO DA ARTE.....	11
2.1. As pescas.....	11
2.2. A arte-xávega.....	17
2.3. Caracterização socioeconómica dos concelhos onde é praticada a arte-xávega	23
2.4. Caracterização socioeconómica das freguesias onde é praticada a arte-xávega	30
3. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO	37
3.1. Reunião com armadores e pescadores, para apresentação do projeto	38
3.2. Trabalho de campo.....	39
3.2.1. Aplicação de inquéritos por questionário	39
3.3. Trabalho desenvolvido a partir do departamento	43

3.3.1. Monitorização/Acompanhamento do inquérito (online) de auto-administração	43
3.4. Outras atividades desempenhadas ao longo do estágio	44
3.5. Experiência adquirida e dificuldades sentidas ao longo do estágio.....	44
CONCLUSÃO.....	47
Bibliografia.....	49
ANEXOS.....	53

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Barco de arte-xávega	19
Figura 2 - Esquema de uma rede de arte-xávega.....	20
Figura 3 e 4 - Praia da Vieira.....	42

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Capturas nominais de pescado (t) em Portugal.....	15
Gráfico 2 - Pescadores matriculados em Portugal (N.º).....	16
Gráfico 3 - Embarcações de pesca em Portugal (N.º)	16
Gráfico 4 - Número de embarcações de arte-xávega em Portugal	22

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Concelhos, Freguesias e Praias onde é praticada a arte-xávega.....	24
Tabela 2 - População residente nos concelhos portugueses onde se pratica a arte-xávega	25
Tabela 3 - Índice de envelhecimento.....	26
Tabela 4 - População residente com 15 anos ou mais por condição perante a atividade económica, nos Concelhos onde se pratica a arte-xávega, 2011	27
Tabela 5 - População empregada por setor de atividade económica.....	28
Tabela 6 - Variação da % população empregada por setor de atividade económica (2001- 2011).....	29
Tabela 7 - População empregada no setor das percas	30
Tabela 8 - População residente nas freguesias onde se pratica a arte-xávega.....	31
Tabela 9 - Índice de Envelhecimento das Freguesias onde se pratica a arte-xávega na região centro, 2001 e 2011	32
Tabela 10 - População residente com 15 anos ou mais por condição perante a atividade económica, na Região Centro e Freguesias onde se pratica a arte-xávega, 2011.....	33
Tabela 11 - População empregada no setor das pescas nas freguesias onde se pratica a arte-xávega (CAE Rev. 3), 2011 (%)	35
Tabela 12 - Cronograma do Estágio	37

ÍNDICE ANEXOS

Anexo 1 - Cronograma do Estágio	53
Anexo 2 - Dados INE	54
Anexo 3 - Embarcações de arte-xávega licenciadas em Portugal	56

LISTA DE ACRÓNIMOS

ADAI - Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial;

CEE - Comunidade Económica Europeia

CFE-UC Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet

CITEUC - Centro de Investigação da Terra e do Espaço da Universidade deCoimbra;

DCV-FCTUC - Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências eTecnologia da Universidade de Coimbra;

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;

FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia;

FRAIP - Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca;

ICES - Council for the Explotation of the Sea;

ICNAF - Comissão Internacional de Pesca do Atlântico Norte;

I&D - Investigação e Desenvolvimento;

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

NEAFC - Comissão de Pescas do Atlântico Norte;

PCP - Política Comum de Pesca;

QFM-UC - Química-Física Molecular da Universidade de Coimbra;

ReNATURE - Valorização dos Recursos Naturais Endógenos da Região Centro;

UC - Universidade de Coimbra;

INTRODUÇÃO

O presente relatório “Entre o mar e a terra – o estudo de caso da Arte-xávega” resulta do estágio curricular realizado no Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet (CFE-UC) para obtenção do grau de mestre em sociologia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O estágio curricular decorreu, entre 7 de maio e 31 de agosto de 2018, no contexto do estudo de caso da arte-xávega, desenvolvido pela linha transversal impactos socioeconómicos e direitos culturais, do projeto ReNATURE—CENTRO-01-0145-FEDER-000007.

A arte-xávega é uma forma de pesca envolvente de arrasto para a praia. Esta é uma arte que existe há centenas de anos e que, apesar de, ao longo do tempo, ter sofrido pequenas alterações, mantém o seu princípio de funcionamento. Começa com a saída da embarcação da praia que deixa uma das extremidades da rede em terra e ao longo do seu percurso vai libertando a rede de forma a criar um cerco no mar, quando a embarcação chega de novo à praia com a segunda extremidade da rede, começa a alagem para terra, trazendo consigo o peixe que se encontra dentro do cerco criado (Pereira et al., 2015; Martins et al., 1999).

Atualmente a arte-xávega é praticada em dezassete freguesias de doze concelhos de Portugal, localizadas na sua maioria na Região Centro. Em 2016, este tipo de pesca contava com 43 embarcações, em funcionamento entre a praia de Espinho, localizada no concelho de Espinho, e a Meia Praia, no concelho de Lagos (IPMA, 2018). Em regra, as companhas¹ são constituídas por indivíduos de idade avançada, sendo que muitos já se encontram reformados, que durante a idade ativa praticaram algum tipo de pesca, com baixos níveis de escolaridade e que residem na zona de atuação da embarcação (Antunes, 2007; Souto, 1998). Apesar de ser uma atividade sazonal, praticada em pequena escala e que gera baixos rendimentos, esta arte de pesca representa ainda um importante papel socioeconómico nas respetivas comunidades piscatórias espalhadas um pouco por toda a costa portuguesa, que recorrem a este tipo de pesca artesanal como uma fonte de rendimento complementar (Antunes, 2007; Santos, et al., 2012). Simultaneamente, a

¹ Designação tradicional do grupo de pescadores que participa neste tipo de pesca.

arte-xávega tem sido divulgada e protegida pelo poder local e pelas próprias comunidades, quer seja através da criação de museus, quer seja através de mostras etnográficas.

O estudo de caso da arte-xávega na Região Centro visava compreender as relações socioeconómicas e culturais das comunidades costeiras e, em particular, das comunidades piscatórias, com os recursos endógenos piscícolas, que afetam a sua disponibilidade, uso e instabilidade, e identificar estratégias de valorização sustentável destes recursos da Região Centro. O estágio curricular, por sua vez, teve como objetivo aplicar e desenvolver conhecimentos teóricos e metodológicos específicos da investigação em sociologia, a partir do trabalho desenvolvido no estudo de caso da arte-xávega. Para a elaboração do presente relatório procedi à recolha e revisão de bibliografia relevante para a temática de diferentes áreas disciplinares, como a sociologia e biologia, e à recolha e análise descritiva de indicadores estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do PORDATA.

O presente relatório de estágio encontra-se estruturado em três capítulos: um primeiro capítulo de enquadramento institucional do estágio, em que é feita a apresentação geral do CFE-UC e do projeto ReNATURE; um segundo capítulo onde é apresentada uma síntese do estado da arte da literatura relativa às pescas e, em particular, à arte-xávega, bem como uma breve caracterização socioeconómica dos concelhos e freguesias onde é praticada a arte-xávega; e um último capítulo de apresentação e reflexão sobre o trabalho desenvolvido ao longo do estágio.

1. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTÁGIO

Neste capítulo começo por caracterizar a entidade de acolhimento do estágio curricular o Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet” (CFE-UC), para em seguida apresentar a estrutura e objetivos do projeto de investigação e os objetivos específicos do estudo de caso da arte-xávega.

1.1. Breve caracterização da entidade acolhedora CFE-UC

O Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet é, segundo o seu website oficial (CFE-UC, 2019), uma unidade Investigação e Desenvolvimento (I&D), financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através de fundos nacionais e cofinanciada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e COMPETE2020, que se encontra alojada no Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (DCV-FCTUC).

O CFE é composto atualmente por 138 investigadores doutorados e 129 investigadores não doutorados divididos em 7 linhas de investigação:

- Ecossistemas terrestres e alterações globais;
- Biodiversidade, conservação e serviços dos ecossistemas;
- Ecossistemas marinhos e costeiros;
- Ecologia de solos e de águas doces
- Ecologia florestal
- Antropologia forense e paleologia
- Sociedades e sustentabilidade ambiental

O principal objetivo do CFE-UC é afirmar-se no domínio científico da Ecologia. Assim sendo, tem vindo a solidificar a rede nacional e internacional de contactos com grupos de investigação do mesmo domínio científico, através de redes de colaboração, de

candidaturas conjuntas a projetos de investigação, da organização conjunta de congressos, e do incentivo ao intercâmbio de investigadores e estudantes (CFE-UC, 2019).

As competências do CFE-UC são diversas, desde a conservação e gestão de recursos naturais, estrutura e funcionamento dos ecossistemas, monitorização ambiental, agricultura, florestas e produtos de base biológica, história da ciência, até à paleoecologia e questões de governança sócio-ambiental.

1.2. Breve caracterização do projeto ReNATURE

O projeto ReNATURE - Valorização dos Recursos Naturais Endógenos da Região Centro é, de acordo com Pardal (2018), um programa integrado de IC&DT, que está a ser desenvolvido pelo CFE-UC, financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (Centro2020) (ReNATURE—CENTRO-01-0145-FEDER-000007).

Este projeto possui como principais objetivos:

- Mitigar os efeitos adversos dos fatores de risco que afetam os recursos naturais endógenos da Região Centro;
- Desenvolver competências ao nível de práticas de exploração sustentável dos recursos naturais endógenos da Região Centro;
- Contribuir para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, agregando assim valor económico, social e ambiental aos recursos naturais endógenos da Região.

O programa integrado de IC&DT ReNATURE, dedicado à valorização dos recursos endógenos naturais da Região Centro, contempla 4 linhas temáticas, recursos piscícolas e de aquacultura, recursos agrícolas, recursos florestais e recursos geológicos, e três linhas de ação transversais, a linha transversal fatores de risco, a linha transversal impactos socioeconómicos e culturas e a linha transversal desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

A primeira linha de ação transversal contempla os principais fatores de risco subjacentes aos recursos naturais endógenos da Região Centro a serem valorizados no projeto, e inclui a avaliação dos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente fogos florestais, espécies invasoras, pragas e doenças, contaminantes, entre outros. A segunda linha de ação transversal é referente a uma perceção dos impactos socioeconómicos e culturais subjacentes às ações que serão desenvolvidas. Já a terceira e última linha de ação transversal contempla desenvolver competências ao nível de práticas de exploração sustentável dos recursos naturais endógeno da Região Centro, assim como contribuir para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Deste modo, o projeto ReNATURE abrange uma equipa multidisciplinar composta por investigadores com elevado conhecimento e experiência pertencentes a diversas unidades de investigação da Universidade de Coimbra, nomeadamente o Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet (CFE-UC), o Centro de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra (CEMUC), a Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI), o Centro de Investigação da Terra e do Espaço da Universidade de Coimbra (CITEUC) e a Unidade de I&D “Química-Física Molecular” da Universidade de Coimbra (QFM-UC) (Pardal, 2018).

1.2.1. Áreas de intervenção do projeto ReNATURE

1.2.1.1. *Recursos Piscícolas e de Aquacultura*

Na linha temática recursos piscícolas e de aquacultura pretende-se contribuir para a valorização dos recursos endógenos da região Centro, não esquecendo o seu potencial de aplicabilidade a nível nacional. Este objetivo encontra-se dividido em duas linhas de ação: na primeira pretende-se contribuir para melhorar o conhecimento do ciclo de vida e sustentabilidade de espécies com interesse comercial e a segunda linha de ação pretende-se com o desenvolvimento de novas soluções para melhorar a produção de peixes em sistemas de aquacultura (Pardal, 2018).

1.2.1.2. Recursos Agrícolas

A linha temática recursos agrícolas possui uma importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do país nas vertentes económica (percentagem do PIB e das exportações), social (percentagem de empregabilidade) e ambiental (prestação de serviços de ecossistema ao nível da preservação da biodiversidade, proteção do solo e da água e sequestro de carbono). Este setor é de elevada importância especialmente para a região/distrito de Coimbra, uma vez que é a região em que se encontra uma grande parte dos viveiristas nacionais, os quais contribuem de forma decisiva para a produção nacional de oliveira, citrinos e medronheiro (as principais espécies alvo deste programa integrado), entre muitas outras espécies fruteiras. Assim, com esta linha temática pretende-se melhorar a competitividade do país, em particular da região Centro, de forma a reunir as competências necessárias para suprir lacunas evidentes no setor fitossanitário associadas a elevados custos de produção em várias das fileiras mais representativas do setor agroindustrial da região – fileira do azeite, da fruta (em particular citrinos) e pequenos frutos (em particular medronheiro) (Pardal, 2018).

1.2.1.3. Recursos Florestais

Na Região Centro o setor florestal de produção é fortemente caracterizado pelas fileiras do pinheiro-bravo e do eucalipto, as duas essências florestais com maior índice de ocupação territorial e que constituem a base das principais fileiras silvo industriais a nível nacional. Além da importância em termos de produção silvícola, a floresta possui também um enorme valor ambiental, nomeadamente na prestação de serviços do ecossistema, ao nível da proteção do solo e da água, sequestro de carbono e preservação da biodiversidade, e um elevado valor cultural. Devido ao seu potencial como “Laboratório Vivo”, a floresta é um sistema de excelência para desempenhar funções sociais, associadas às atividades de lazer e recreio e pedagógicas. Assim, esta linha temática, pretende aumentar a competitividade da região centro seguindo duas linhas de ação; a

primeira linha de ação pretende contribuir para a resolução de problemas ligados ao controlo fitossanitário nas fileiras do pinheiro bravo e do eucalipto a segunda linha de ação pretende contribuir para a valorização dos recursos florestais endógenos da região, ao nível do ecoturismo e da exploração sustentável dos produtos florestais (Pardal, 2018).

1.2.1.4. Recursos Geológicos

A maior parte dos métodos de prospeção atualmente disponíveis têm tido considerável sucesso na deteção, no reconhecimento e na avaliação de jazigos minerais metálicos que ocorrem na superfície ou nas suas proximidades. Estes métodos envolvem a integração e tratamento de dados diversos: mineralógicos, geoquímicos, geofísicos e biológicos, entre outros. Devido a condições geológicas particulares, mas também a fatores económicos, apenas parte desta informação é usada, sendo raras as aplicações que usam a informação de forma integrada.

No contexto do projeto ReNATURE, os recursos geológicos serão valorizados pelo desenvolvimento de uma metodologia inovadora para localização de jazigos minerais profundos, ou para recuperação a partir de ocorrências de baixo teor ou de fontes não convencionais. No primeiro caso, espera-se conseguir o objetivo proposto através de um conjunto de tecnologias não usadas até hoje de forma integrada; ao mesmo tempo, novas tecnologias serão desenvolvidas para a deteção e quantificação de indicadores, mesmo que de uma forma muito difusa, da presença de novos jazigos dispostos a diferentes profundidades (Pardal, 2018).

1.2.1.5 Linha transversal impactos socioeconómicos e direitos culturais

A linha impactos socioeconómicos e culturais é uma das áreas transversais do projeto e traduz o reconhecimento da necessidade de promover uma visão holística e

integrada dos fenómenos ambientais em análise, dando relevância à sua interação com as sociedades e as culturas locais e promovendo uma compreensão aprofundada dessas dimensões subjacentes. Procurando responder a:

- Como é que as populações locais se relacionam (se apropriam e interagem) com os recursos e serviços de ecossistema?
- Quais as perceções que têm sobre as ameaças, riscos e potencialidades que estes integram?
- Como é que as populações compreendem, explicam e lidam com esses recursos endógenos?
- Qual o papel e as consequências que esses recursos têm nas suas vidas?
- Quais os impactos da sua redução, perda ou valorização?
- Que recursos simbólicos acionam na estruturação da interação social (onde se inclui a dimensão económica), com os recursos endógenos?

A abordagem sócio-ambiental permitirá, por um lado, identificar os fatores socioeconómicos e culturais presentes na perda de biodiversidade e na redução dos recursos endógenos (resultantes da ação humana), bem como o impacto da perda dessa biodiversidade e recursos no bem-estar humano e na organização social (feedback ambiental na vida humana). Por outro lado, permitirá compreender o efeito das conceções dominantes sobre os recursos endógenos nas políticas (nos programas e nas organizações que as implementam), na economia (transformando saberes e recursos locais em bens e mercadorias), na investigação financiada (privilegiando a visão inovadora que vai além da visão conservacionista) e na saúde humana (Grupo/ Sociedades e Sustentabilidade Ambiental, 2019; Pardal, 2018).

Desta forma um outro aspeto importante a trabalhar nesta área transversal situa-se ao nível das políticas e compreende a necessidade de que estas reforcem e incentivem a mudança de comportamentos na relação com os recursos endógenos, tendo em conta o diagnóstico das suas perceções e usos - a baixa implementação das políticas, muitas vezes é resultante do facto de os centros de decisão estarem muito afastados dos contextos e da fraca participação das populações nesses processos. Ora, o conhecimento da dimensão socioeconómica e cultural dos recursos ambientais endógenos, ao favorecer a criação de políticas enraizadas favorece a implementação efetiva dessas políticas porque estarão

ajustadas aos contextos e serão integradoras dos conhecimentos, interesses e preocupações locais (Grupo/ Sociedades e Sustentabilidade Ambiental, 2019; Pardal, 2018).

1.3. O estudo de caso da arte-xávega

A linha transversal impactos socioeconómicos e culturais, coordenada pela Professora Doutora Fátima Alves, tem como objetivo avaliar os impactos socioeconómicos e culturais das interações sócio-ambientais em torno dos recursos endógenos. No âmbito desta linha transversal e da temática dos recursos piscícolas do projeto ReNATURE, optou-se pelo estudo de caso da arte-xávega na Região Centro, procurando compreender as relações socioeconómicas e culturais das comunidades costeiras e, em particular, das comunidades piscatórias, com os recursos endógenos piscícolas, que afetam a sua disponibilidade, uso e instabilidade, e identificar estratégias de valorização sustentável destes recursos da Região Centro. Este objetivo geral divide-se em 3 objetivos específicos:

1. Caracterização dos impactos socioeconómicos e culturais das interações sócio-ambientais entre comunidade piscatória de arte-xávega e os recursos endógenos piscícolas;
2. Mapeamento das potencialidades e vulnerabilidades socioeconómicas, culturais e ambientais atuais e futuras dos recursos endógenos piscícolas;
3. Identificação de estratégias para a valorização e preservação dos recursos endógenos e mitigação/adaptação às alterações climáticas;

A realização deste estudo de caso contou com parcerias internas e externas, nomeadamente o grupo de trabalho da linha temática recursos piscícolas e aquacultura, coordenado pelo Professor Doutor Miguel Pardal, e o grupo de trabalho do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), no âmbito do projeto Xávega 2020, liderado pela Doutora Rogélia Martins e pelo Doutor Miguel Carneiro. Estas parcerias foram fundamentais no primeiro contacto entre os investigadores da linha transversal impactos

socioeconómicos e culturais e os pescadores, mestres e armadores das respetivas embarcações de arte-xávega. Por um lado, o grupo de trabalho do IPMA foi de extrema importância na apresentação aos pescadores de Lagos e Vieira de Leiria, uma vez que eram locais em que este grupo de trabalho já era conhecido pelas várias companhias de arte-xávega. Por outro lado, grupo de trabalho da linha temática pescas e aquacultura foi essencial não só na apresentação dos membros da linha transversal aos pescadores em toda a costa da região centro, como na organização das deslocações de trabalho de campo realizadas entre os meses de junho e agosto às diversas praias onde se pratica a arte-xávega.

2. ESTADO DA ARTE

No presente capítulo apresento uma síntese da literatura relativa às pescas e, em particular, à arte-xávega. E, em seguida, desenvolvo uma breve caracterização socioeconómica dos concelhos e freguesias, onde é praticada a arte-xávega, a partir da análise de indicadores estatísticos do INE.

2.1. As pescas

A pesca é em todo o mundo uma atividade de enorme importância, tanto a nível económico, social e cultural. Portugal é um país costeiro que, devido à sua localização geográfica, desde cedo demonstrou interesse em explorar o mar e os recursos naturais que este oferece. Assim, ao longo dos séculos surgiram diversas comunidades costeiras, que desenvolveram a atividade pesqueira e dependem do mar e dos seus recursos piscícolas para a sua sobrevivência.

Em Portugal, as “pescas e os pescadores ocupam um espaço saliente no imaginário português. A sua cultura material e simbólica detém um lugar de relevo na literatura e nas artes” (Garrido, 2018, p. 18), portanto, tal como refere Álvaro Garrido, a pesca é vista em Portugal a partir de uma inclinação lendária da cultura portuguesa ou da representação das comunidades piscatórias como um coletivo corrompido pela modernidade, não permitindo “ver e pensar a pesca como realidade em si mesma, sistémica e complexa, bioeconómica antes de mais” (idem: p. 18).

Desde o final do século XIX, a atividade pesqueira em Portugal sofreu grandes alterações, passando por momentos em que o país possuía uma das maiores frotas a nível mundial e por momentos em que a frota se encontrava totalmente desorganizada e desajustada às necessidades e realidade piscatória. Estes extremos da frota pesqueira em Portugal devem-se quer às grandes alterações políticas, que o país passou desde o início de século XX, quer às políticas externas que alteraram a filosofia pesqueira a nível mundial.

Nas últimas décadas de monarquia, entre o final de século XIX e início do século XX, “o uso das armações à valenciana, primeiro, e a introdução das traineiras com redes de cerca para bordo, mais tarde, aumentou muito a produtividade da pesca da sardinha” (idem: p. 30). Este elevado aumento na captura de pescado trouxe ao de cima preocupações com a dimensão predatória das pescas, levando à criação de “interdições de captura em períodos de desova de certas espécies, a limitação das concessões de direitos de captura e a proibição do uso de redes varredouras que se haviam generalizando nas pescas junto à costa” (idem: p. 30), de modo a preservar espécies e ambiente e tornar este setor rentável a longo prazo.

Durante a primeira república e nas primeiras décadas do Estado Novo, a política das pescas toma um novo rumo, o compromisso que se tinha vindo a criar e solidificar durante a monarquia entre as políticas da pesca e a ciência, de forma a preservar espécies e ambiente, termina abruptamente, levando a que este compromisso seja considerado uma “reliquia de finais de Oitocentos.” (idem: p. 31). Assim, entre 1920, ano em que Portugal aderiu ao Internacional Council for the Exploitation of the Sea (ICES), e a década de 1950, década em que “alguns esforços de desenvolvimento de uma ciência das pescas seria retomado” (idem: p. 32), apenas se pode destacar os trabalhos científicos de Alfredo Magalhães “que articulou os parâmetros físicos e químicos das águas costeiras portuguesas com a biologia da sardinha. Combinando conhecimentos da oceanografia com uma biologia piscatória incipiente” (idem: p. 32).

Estado Novo

Durante o Estado Novo é dada muita importância à produção nacional, sendo que as pescarias e o mar foram utilizados como uma forma de normalização do abastecimento alimentar e reeducação do défice externo (idem: p. 39). Neste período, devido ao interesse do Estado em baixar o peso das importações, é promulgado, em 1927, um “decreto que isenta do serviço militar os pescadores que fizessem seis campanhas consecutivas na Terra Nova -, da assistência, da fiscalidade e do crédito de campanha.” (idem: p. 36), como forma de fomentar o setor das pescas e equilibrar a balança comercial. Assim, numa perspetiva macroeconómica, a orientação do Estado Novo ficou marcada por uma maior proteção do mercado interno, como é exemplo a reforma exercida sobre os direitos alfandegários, em 1929 (Madureira, 1998, p. 784).

Em 1953, Salazar entregou a gestão das pescarias a Henrique Tenreiro, ficando deste modo na presidência do concelho administrativo do Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca (FRAIP), responsável pelos programas estatais de renovação das frotas de pesca. Entre 1953 e 1974, Tenreiro foi o principal responsável pelo setor das pescarias portuguesas, “define as diretrizes da política nacional de pescas, controla e dispõe sobre todas as fontes de financiamento dos programas de renovação das frotas” (Garrido, 2001, p. 849). Sendo ainda o responsável por “impor a colaboração institucional entre capital e trabalho, vigiar o comportamento de ambos e chamá-los a uma cooperação permanente com os poderes públicos e corporativos” (idem: p. 850).

Apesar de Tenreiro ter colocado em prática vários programas de renovação das frotas, é a Campanha do Bacalhau iniciada na década de 1920, o exemplo de maior sucesso.

“Até ao começo da década de 1930, o auto-aprovisionamento de bacalhau no mercado português não excedeu os 15%; de 1934 a 1967, a taxa foi de 61% e anos houve em que Portugal produziu mais de 80% do consumo aparente de bacalhau, incluindo os valores residuais exportados para as colónias” (idem, 2018, p. 44).

Assim, Portugal passou por uma acentuada subida no *rating* mundial de produção de bacalhau seco, passando de quinto maior produtor europeu, em 1938, para o primeiro produtor a nível mundial, em 1958 (idem, 2001, p. 850).

Devido ao grande investimento feito pelo Estado Novo no setor das pescas, os desembarques de pescado em portos portugueses passam por um grande crescimento: na década de 1940, Portugal registou em desembarques cerca de 200 mil toneladas de pescado por ano; em meados da década de 1950, ultrapassa as 300 mil toneladas em desembarques por ano; e, em 1964, Portugal atinge o seu máximo histórico, 434 mil toneladas (Cavaco, 1969, p. 146; Garrido, 2018, pp. 142-143). Para este máximo histórico além das principais espécies capturadas, a sardinha e o bacalhau, destacam-se o atum e outras espécies destinadas ao abastecimento da indústria conserveira. Assim, “em 1957, Portugal torna-se o primeiro produtor mundial de bacalhau seco e no ano seguinte o número de pescadores matriculados em Portugal atingia o seu máximo histórico: 48 300” (idem: p. 61).

No entanto, no final da década de 1960, ocorre uma mudança significativa do processo de transição das pescas portuguesas, “pela primeira vez, a captura obtida em

pesqueiros de outros países é inferior à pesca em águas nacionais”, assim sendo, e devido à “sua dependência histórica de pesqueiros do alto e longínquos, as pescas nacionais entram num longo processo de crise” (idem: p. 62). Assim, o pescado desembarcado em portos portugueses passa de 434 mil toneladas em 1964, para 374 mil toneladas em 1966 (idem: p. 142), “fixando-se numa média anual de 350 000 t em 1970-1972 e de 265 000 t em 1977-1979” (Medeiros, 2005, p. 161). Esta inflexão não resultou da consciência da necessidade de reduzir as capturas, mas por necessidade de preservar as espécies que corriam o risco de serem extintas de forma irreparável (idem: p. 159).

Segundo Medeiros, os problemas ocorridos no setor das pescas, durante os anos 1960, devem-se a uma deficiente gestão dos recursos marinhos: as pescas portuguesas não possuíam uma regulação de capturas, não eram definidas cotas máximas de forma a evitar a sobrepesca, não foram construídas áreas de reserva, não eram criados períodos de defeso suficientes e existia uma grande carência de conhecimentos oceanográficos e de biologia marinha (idem: pp. 162-163).

O Pós-25 de Abril e entrada na Comunidade Económica Europeia

Depois da revolução de 25 de abril de 1974 e restituída a liberdade em Portugal, o país passa por drásticas alterações a todos os níveis e o setor das pescas não foi exceção. As pescas que já tinham vindo a demonstrar uma redução de capturas desde a década de 1960 (Garrido, 2018, p. 142) mantém a mesma tendência nas décadas seguintes, não só devido à alteração das políticas internas, mas também à transformação das políticas externas.

Em 1977, Portugal inicia as negociações e, em 1986, tornou-se membro da Comunidade Económica Europeia (CEE). Assim, durante a década de 1980, o setor das pescas passa por duas das maiores alterações que conheceu. Em primeiro lugar, o “estabelecimento do regime das 200 milhas e a consequente criação das zonas económicas exclusivas com a aprovação da chamada Nova Lei do Mar, de 1982” (Coelho, 2000, p. 127), regime que “conduziu à nacionalização de pelo menos 80% dos recursos vivos marinhos existentes no oceano “ (Souto, 1998, p. 24), tornando-se claro que “jamais se poderia pescar onde se quisesse, como se quisesse e o que se pudesse” (Garrido, 2018, p. 63). Em segundo lugar, “a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e, por força dessa adesão, a integração na Política Comum de Pesca” (Coelho, 2000, p. 127), sendo

assim Portugal viu-se obrigado cumprir o determinado pela Política Comum de Pesca (PCP), nomeadamente as quotas e os Totais Admissíveis de Capturas (TAC), instituídos em 1983. Estas duas grandes alterações, impostas por políticas externas, traduziram-se na redução das dimensões das diferentes artes de pesca, na redução da tonelagem de pescado desembarcado em portos portugueses e na reorganização da frota portuguesa, levando milhares de pescadores ao afastamento da profissão.

Para além destes fatores, Medeiros (2005) destaca ainda outros fatores que explicam a acentuada quebra nas capturas: as alterações laborais, os ajustes salariais, a falta de competitividade da economia nacional, alguns desajustamentos internos derivados dos recentes padrões do direito internacional relativo aos oceanos e certo envelhecimento da frota (Medeiros, 2005, p. 163). Somando-se ainda os choques petrolíferos ocorridos em 1973/74, que “tiveram forte impacto negativo na pesca portuguesa, já que o país, carente em recursos energéticos, viu agravar, em muito, as contas de exploração das empresas de pesca longínqua” (Souto, 1998, p. 27). Levando os pescadores a um “retorno às pescas locais e costeiras, das quais eram originários” (idem: p. 27).

Gráfico 1 - Capturas nominais de pescado (t) em Portugal



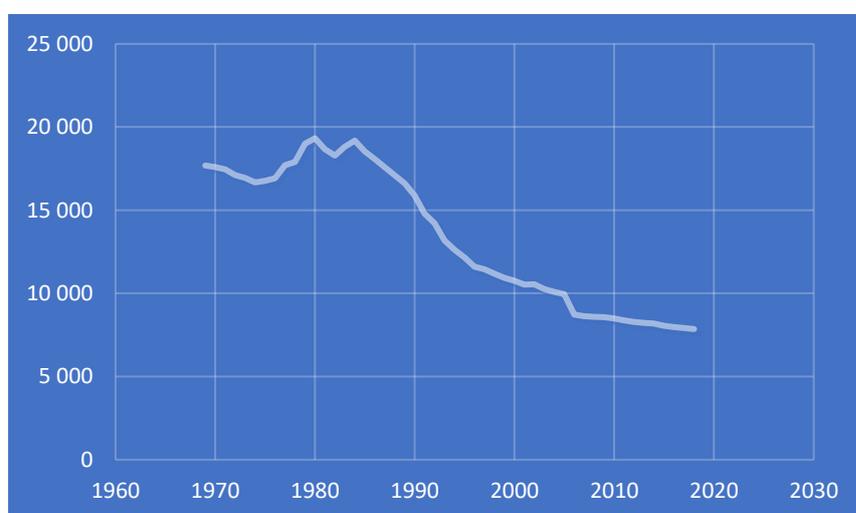
Fonte: INE (2018)

Gráfico 2 - Pescadores matriculados em Portugal (N.º)



Fonte: INE (2018)

Gráfico 3 - Embarcações de pesca em Portugal (N.º)



Fonte: INE (2018)

Como se pode verificar no gráfico 1, a tonelagem de pescado capturado pela frota portuguesa tem vindo a reduzir significativamente desde o final do Estado Novo, conhecendo apenas um crescimento entre 1983 e 1986. A mesma quebra é verificada relativamente ao número de pescadores (gráfico 2 & cf. anexo 2) e embarcações de pesca matriculadas em Portugal (gráfico 3). Apesar do número de pescadores matriculados ter

passado por um crescimento após a revolução democrática de 25 de abril de 1975, atingindo, em 1982, o seu pico, nos 30 anos seguintes passou para metade. As embarcações de pesca também seguiram o mesmo rumo, apesar de apresentarem um breve crescimento, registam também um forte decréscimo desde a década de 1980. Este crescimento que se fez sentir nas capturas, número de pescadores e embarcações registadas no pós-25 de abril deveu-se a um impulso na pesca feito pelo Estado antes da entrada de Portugal na CEE, em 1986, período a partir do qual passou a ter de cumprir a política comum das pescas da CEE e se deu a inevitável redução da atividade pesqueira.

Em termos quantitativos, em 2003, a pesca nacional já contabilizava uma redução “de cerca de 50% em relação ao período anterior a 1986, tendo a diminuição sido muito mais importante em águas internacionais e de países terceiros (70%) do que em águas nacionais (25%)” (Dias, 2003, p. 3). Atualmente, as quantidades capturadas continuam a decrescer, atingido um mínimo de 118 395 toneladas desembarcadas em 2017, que corresponde a 272 360 euros em receita de peixe vendido em lota. Sendo que as principais espécies capturadas foram a cavala, 19 482 toneladas/16 213 euros, o carapau, 19 054 toneladas/8 282 euros, a sardinha, 14 557 toneladas/23 868 euros, e o polvo, 5 864 toneladas /38 386 euros (INE, 2018). O número total de embarcações reduziu de forma significativa, passando de 16 673, em 1974, para 7 922, em 2017, este decréscimo deve-se sobretudo à redução drástica das embarcações sem motor, de 12 521, em 1974, para 1 563, em 2017, que não é acompanhada pelo aumento das embarcações com motor. As embarcações com motor passaram de 4 152, em 1974, para 6 359, em 2017 (cf. anexo 2).

2.2. A arte-xávega

A arte-xávega é uma arte de pesca com vários séculos de história no território português, tendo sido no passado muito importante a nível económico para um grande número de comunidades piscatórias. A pesca com as redes de arrasto, com as quais a arte-xávega partilha algumas semelhanças, estão comprovadas desde cerca de 3000 A. C., em várias regiões do Egito-Mediterrâneo (Cabral, 2000; Pereira et al., 2015). Já as redes do tipo da arte-xávega existirão na costa Sul de Portugal pelo menos desde o início do século

XV, existindo notícias da sua utilização por castelhanos na costa algarvia (Martins et al., 1999).

Segundo Marques (2011), a arte-xávega, que hoje é realizada em praias portuguesas, terá sido introduzida em Portugal em meados do século XVIII, por pescadores “andaluzes e catalães, que se estabeleceram em Monte Gordo” (Marques, 2011, pp. 11-12). Apesar de em regra diferentes autores concordarem no período temporal, estes não concordam no local de chegada, de acordo com Pereira et al, (2015), alguns autores, referem a chegada dos pescadores catalães ao Algarve e a resultante aplicação e difusão a partir desse local, outros apontam a laguna de Aveiro como a zona de implementação, levando posteriormente à sua difusão para Sul.

A arte-xávega é uma forma de pesca artesanal muito semelhante a outros tipos de artes envolventes de arrasto para a praia, que, com pequenas alterações, se encontram em todos os continentes. Cada companhia de arte-xávega é constituída por dois grupos de pescadores, um de “homens de terra²” e outro de “homens de mar³”, que atualmente operam com a embarcação, rede e o apoio de três tratores. (Martins et al., 1999, pp. 4-5; Jorge et al., 2002, p. 3). As companhias de arte-xávega não têm um número exato de trabalhadores/as, uma vez que este depende das dimensões da arte e das condições marítimas de cada região.

De acordo com Antunes (2007) e Souto (1998), as companhias são constituídas na sua grande maioria por indivíduos do sexo masculino, sendo que o número de mulheres que integram as tripulações é reduzido e em muitos dos casos são familiares de pescadores. As companhias são constituídas em grande parte por trabalhadores/as de idades superiores a 40 anos, existindo determinadas companhias que apresentam um grupo considerável de elementos com mais de 60 anos. No estudo de Antunes (2007), grande parte dos pescadores que se dedicava à arte-xávega tinha o 2º ciclo do ensino básico, sendo que uma percentagem ainda significativa de pescadores tinha habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico. Uma vez que os rendimentos adquiridos através da arte-xávega são reduzidos, a maioria dos pescadores desta arte de pesca desempenha outras atividades complementares, como a agricultura ou a prática de outras artes de pesca.

² Grupo de pescadores que fica na praia responsável pela recolha da rede do mar para a praia.

³ Grupo de pescadores que vai ao mar e é responsável por colocar a rede em posição de forma a criar um cerco ao peixe.

O barco utilizado na prática de arte-xávega é conhecido pelo nome de barco de mar, de meia-lua ou xávega. Este tipo de embarcações têm a forma típica de uma meia-lua (figura 1), possuem um fundo chato e uma proa anormalmente elevada, de modo a ter espaço interior suficiente para transportar as redes e facilmente vencer a rebentação quando entram no mar. Por norma, as dimensões da embarcação variam entre os três e os nove metros, dependendo da dimensão da rede e das condições marítimas predominantes na zona de atividade. Em regra, são pintados com cores vivas, branco, vermelho, azul, amarelo e verde, sendo que a grande maioria das embarcações utiliza a conjugação de duas, ou mais vulgarmente, de três cores (Nunes, 2006, p. 28; Antunes, 2007, p. 11).

Figura 1 - Barco de arte-xávega



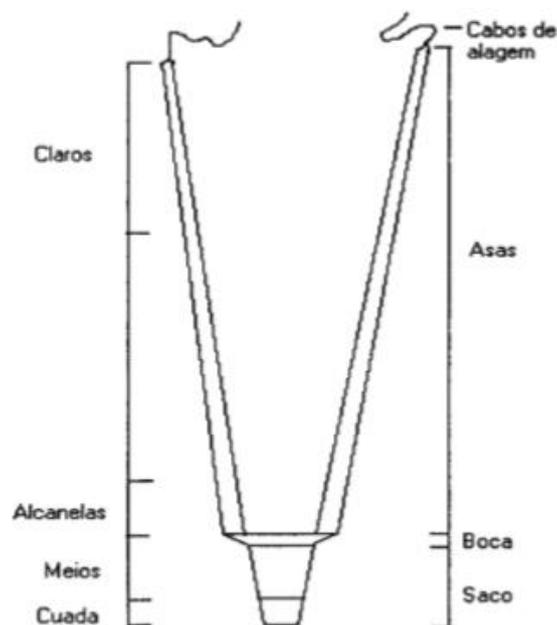
Fonte; Página do Jornalismo Porto Net⁴

A rede de pesca utilizada na arte-xávega segue um princípio bastante simples com malhagens⁵ de diferentes tamanhos, e é constituída por um saco localizado na região central que é constituído pela cauda e meios, seguido pela boca que une o saco as asas, pelas asas constituídas pelas alcalenas e claros que por fim unidas aos calos de alagem utilizados como forma de puxar a rede para a praia (Figura 2).

⁴ Disponível em: « <https://jpn.up.pt/2014/10/08/arte-xavega-tudo-o-que-vier-a-rede-e-peixe/> » Acesso em junho. 2019.

⁵ As malhas da rede são referentes ao espaço que fica entre os fios que constituem a rede

Figura 2 - Esquema de uma rede de arte-xávega



Fonte; Diário da República- 1ª Série – B n.º 270- 13 de setembro de 1996⁶

A arte-xávega segue um princípio de funcionamento simples, começa com a partida de uma embarcação da praia que deixa em terra um dos cabos de alagem e dirige-se para o mar, de forma a cercar uma porção de mar vai largando, primeiro o cabo, depois uma asa, o saco, a segunda asa e finalmente o segundo cabo que regressa com a embarcação para a praia. Assim que o cerco fica concluído, com a chegada do segundo cabo à praia, procede-se à alagem coordenada dos dois cabos, arrastando, assim, a rede até à praia de forma a aprisionar os peixes que se encontram na área cercada, capturando-os no saco (Martins et al., 1999, pp. 4-5; Jorge et al., 2002, p. 3).

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) foram provocadas várias alterações na regulamentação das pescas, e a arte-xávega não foi exceção. A Portaria nº 1102-F/2000, de 22 de novembro, que substituiu a Portaria nº 488/96, de 13 de setembro, estabelece o regime de exercício da pesca por arte envolvente-arrastante no qual arte-xávega se enquadra. Assim são estabelecidas as dimensões máximas da arte (comprimento dos cabos de alagem, asas e saco), a malhagem mínima

⁶ Disponível em: « <https://dre.pt/application/conteudo/219682> » Acesso em março. 2019.

(vazios de malhados claros, alcalenas e saco), as áreas de operação, os limites ao exercício da pesca, a interrupção dos lanços, a responsabilidade dos arrais, o uso de animais ou tratores, o manifesto de captura, o licenciamento, a renovação das licenças, o cancelamento da autorização e a mudança de porto de registo.

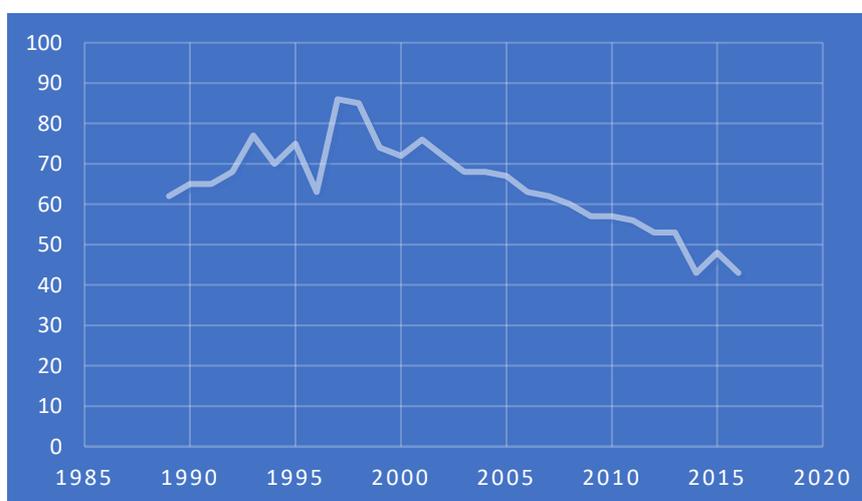
Em 2005, a Portaria n.º 244/2005, de 8 de março, reconhece que, apesar da arte-xávega se tratar de uma arte de pesca que não se pretende desenvolver, as embarcações licenciadas para o uso da arte apresentam sinais evidentes de envelhecimento, que podem colocar em causa a segurança dos seus tripulantes. Sendo assim admitida a possibilidade de construção de novas embarcações para substituição de embarcações existentes, desde que esta fosse feita exclusivamente por razões ligadas ao melhoramento de segurança, evitando situações em que o envelhecimento das embarcações pudesse pôr em causa a segurança dos tripulantes.

Em 2013, a Portaria n.º 4/2013, de 7 de janeiro procede à criação da Comissão de Acompanhamento da Pesca com arte-xávega (designada a partir daqui por Comissão) e define a sua composição, competências, regras gerais de funcionamento e a elaboração de um relatório que identifique e quantifique a atividade da pesca por arte envolvente-arrastante em Portugal, nomeadamente a sua relevância económica, ecológica e social. Mais tarde, em 2015, a Portaria n.º 104/2015 de 9 de abril reconhece a importância económica e social da atividade para algumas comunidades, e defende a importância de aprofundar o conhecimento sobre a composição das capturas da arte-xávega e a variabilidade que as mesmas apresentam, nomeadamente com a época do ano e com a zona onde ocorrem.

A mais recente peça legislativa sobre a arte-xávega, a Portaria n.º 172/2017 de 25 de maio sublinha que “A pesca com arte-xávega tem uma considerável relevância em termos socioeconómicos para algumas comunidades piscatórias da costa ocidental portuguesa, além de um valor cultural e etnográfico”, sendo relevante manter o acompanhamento da pescaria e recolher a informação de forma a avaliar a adequação das medidas em vigor e justificar o regime derogatório existente. Estabelecendo assim alterações à comissão de acompanhamento, a criação de condições especiais relativas à interrupção da pesca, a instalação de equipamentos de dissuasão acústicos e o controlo dos desembarques e condições de comercialização.

Apesar da legislação portuguesa reconhecer que a arte-xávega possui uma considerável relevância em termos socioeconómicos para determinadas comunidades piscatórias e que esta faz parte do património e identidade local, mantém simultaneamente as restrições à prática desta arte de pesca, o que, conjugado com os baixos rendimentos que esta proporciona, tem levado diversos autores a afirmarem que a arte-xávega tem uma “morte” anunciada (Marques, 2011; Nunes, 2006; Souto, 1998).

Gráfico 4 - Número de embarcações de arte-xávega em Portugal



Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) ⁷

O número de embarcações de arte-xávega com licença tem vindo a diminuir drasticamente ao longo das últimas décadas, passando de 86, em 1997, para apenas 43, em 2016 (gráfico 4). Neste contexto, a população, juntamente com o poder local têm procurado a preservação e divulgação de diversos saberes e patrimónios locais associados à arte-xávega. Sendo exemplo deste esforço de preservação do património e identidade local, os diversos museus locais criados por grupos de pescadores, como o caso da Casa da Ria, na praia da Vagueira, e as exposições dedicadas à arte-xávega em museus municipais, como é o caso de Almada, Cantanhede, Espinho, Sesimbra, Peniche, etc.

O conceito de património remete para “a memória do passado que permite a consciência do presente e projeta o futuro de uma determinada sociedade” (Magalhães,

⁷ Informação cedida por: Carneiro, M. (6 de junho de 2018). número de embarcações [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <Doutora Paula Casaleiro>

2005, p. 22). Segundo Peralta & Anico (2005), o “património e identidade são dois conceitos intimamente relacionados”, assim veem “a identidade como a “essência” de um determinado coletivo humano” e “o património como a sua manifestação “natural”, que sobrevive ao decurso do tempo e que é preciso resgatar e preservar a todo o custo” (Peralta & Anico, 2005, p. 1). Por este motivo, Peralta e Anico vêem o património como “bom” e é necessário preservá-lo porque se não o fizermos vamos perdê-lo e perder a identidade de uma determinada comunidade (idem: p. 1).

Em suma, existe um confronto entre o impacto predatório que esta arte de pesca exerce sobre os juvenis de algumas espécies piscícolas e a vontade de preservar o património e a identidade das comunidades costeiras, que possuem grande ligações históricas e identitárias com a arte-xávega.

2.3. Caracterização socioeconómica dos concelhos onde é praticada a arte-xávega

Atualmente a arte-xávega é praticada em dezassete freguesias divididas por doze concelhos de Portugal, apesar da sua maioria se encontrar localizada na região centro, esta ainda é praticada no concelho de Espinho na Região Norte, nos concelhos de Almada e Sesimbra na Região de Lisboa e no concelho de Lagos na Região do Algarve (cf. Tabela 1). Em seguida, faz-se uma breve caracterização sociodemográfica e económica destes concelhos e freguesias, o que permite compreender e enquadrar o papel que arte-xávega desempenha nestas comunidades.

Tabela 1 - Concelhos, Freguesias e Praias onde é praticada a arte-xávega

Concelhos	Freguesias	Praias
Espinho	Espinho	Espinho
	Paramos	Praia de Paramos
Ovar	Cortegaça	Praia da Cortegaça
	União das freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	Praia do Furadouro e Torrão do Lameiro
Murtosa	Torreira	Torreira
Vagos	Gafanha da Boa Hora	Praia da Vagueira e Praia do Areão
Mira	Praia de Mira	Praia de Mira
Cantanhede	Tocha	Praia da Tocha
Figueira da Foz	São Pedro	Cova Gala
		Costa de Lavos
	Marinha das Ondas	Praia da Leirosa
Leiria	Coimbrão	Praia de Pedrogão
Marinha Grande	Vieira de Leiria	Praia da Vieira
Almada	Costa da Caparica	Costa da Caparica
		Fonte da Telha
Sesimbra	Castelo	Meco
	Santiago	Sesimbra
Lagos	São Gonçalo de Lagos (antigas São Sebastião e Santa Maria)	Meia Praia

De acordo com os Censos de 1991, 2001 e 2011, Espinho, o concelho costeiro da região norte, regista uma perda de população residente que chega a (-9.1%), entre 1991-2011 (cf. Tabela 2).

Na região centro verifica-se uma tendência geral de crescimento entre os concelhos onde se pratica a arte-xávega, destacando-se os concelhos de Vagos (19,8%), Leiria (23,5%) e Marinha Grande (15,3%). Já os concelhos de Cantanhede (-1,5%) e Mira (-6%) registaram uma ligeira perda populacional (cf. Tabela 3).

Nos dois concelhos em que é praticada a arte-xávega na Região de Lisboa regista-se um crescimento populacional, sendo que Sesimbra regista o maior crescimento entre todos os concelhos em que se pratica a arte-xávega (31,8%) de acordo com os censos de 1991-2011. Por fim, o concelho de Lagos, na Região do Algarve, também se destaca por um forte crescimento populacional, chegando a 22,2% (cf. Tabela 4).

Tabela 2 - População residente nos concelhos portugueses onde se pratica a arte-xávega

Concelho	População Residente			Taxa de variação (1991-2011)
	1991	2001	2011	
<u>Norte</u>				
Espinho	34 956	33 701	31 786	-9,-1%
<u>Centro</u>				
Murtosa	9579	9458	10585	10,5%
Ovar	49659	55198	55398	11,6%
Vagos	19068	22017	22851	19,8%
Cantanhede	37140	37910	36595	-1,5%
Figueira da Foz	61555	62601	62125	0,9%
Mira	13257	12872	12465	-6,0%
Leiria	102762	119847	126897	23,5%
Marinha Grande	33543	35571	38681	15,3%
<u>Lisboa</u>				
Almada	151 783	160 825	174 030	14,7%
Sesimbra	37 567	27 246	49 500	31,8%
<u>Algarve</u>				
Lagos	25 398	21 526	31 048	22,2%

Fonte: INE (2018)

Os concelhos costeiros acompanham a tendência de envelhecimento das respetivas Regiões, registando-se em todos um aumento do número de idosos por cada 100 jovens, ou seja, o índice de envelhecimento, entre 2001 e 2011, aumentou. É de salientar que, apesar de todos os concelhos em análise apresentarem um envelhecimento da população residente, os concelhos de Espinho (70,27%), Ovar (50,22%) e Mira (59,79%) destacam-se por possuírem a maior taxa de variação entre os censos de 2001 e 2011. Os concelhos de Cantanhede (192,6) e Mira (201,5) são os dois concelhos que, em 2011, registavam o maior número de idosos por cada 100 jovens entre os concelhos onde é praticada a arte-xávega (cf. Tabela 3).

Tabela 3 - Índice de envelhecimento

Concelho	2001	2011	Taxa de Variação
<u>Norte</u>	<u>79,8</u>	<u>113,3</u>	<u>41,98%</u>
Espinho (concelho)	95,2	162,1	70,27%
<u>Centro</u>	<u>129,5</u>	<u>163,4</u>	<u>26,18%</u>
Murtosa	114,8	145,7	26,92%
Ovar	68,3	102,6	50,22%
Vagos	90,3	131,6	45,74%
Cantanhede	142,1	192,6	35,54%
Figueira da Foz	143,8	175,7	22,18%
Mira	126,1	201,5	59,79%
Leiria	80,8	114,1	41,21%
Marinha Grande	104	123,4	18,65%
<u>Lisboa</u>	<u>103,4</u>	<u>117,4</u>	<u>13,54%</u>
Almada	118,8	139,6	17,51%
Sesimbra	88,5	90,0	1,69%
<u>Algarve</u>	<u>127,5</u>	<u>131,1</u>	<u>2,82%</u>
Lagos	114,9	121,7	5,92%

Fonte: INE (2018)

No que respeita à relação da população com a atividade económica nos concelhos onde se pratica arte-xávega, apesar de quase todos os concelhos possuírem uma população ativa entre os 50%-60%, observam-se algumas diferenças dignas de registo. Mira destaca-se por ser o único município em que menos de metade da sua população residente com 15 ou mais anos se encontra ativa (49,4%), o que pode estar associado ao facto deste ser o concelho que detém o índice de envelhecimento mais elevado entre o conjunto em análise (cf. Tabela 3 e 4). Já os concelhos de Ovar (59,3%), Leiria (59,0%) e Sesimbra (61,1%) destacam-se por registarem a percentagem de população ativa mais elevada, sendo também estes concelhos os que detém o índice de envelhecimento mais baixo (cf. Tabela 3 e 4).

Relativamente à população empregada com 15 ou mais anos, os concelhos em análise apresentam de forma geral menos de 50% da população total empregada. Apenas os concelhos de Ovar (50,5%), Leiria (53,7%) e Sesimbra (53,5%) apresentam uma percentagem de população total com 15 ou mais anos empregada superior a 50% (cf. Tabela 4).

Tabela 4 - População residente com 15 anos ou mais por condição perante a atividade económica, nos Concelhos onde se pratica a arte-xávega, 2011

	População Ativa			População inativa	Total População com 15 anos ou mais
	Total, população ativa	Empregada	Desempregada		
<u>Norte</u>	<u>56,1%</u>	<u>48%</u>	<u>8,1%</u>	<u>43,9%</u>	<u>3 132 449</u>
Espinho (C)	52,7%	42,98%	9,7%	47,3%	27743
<u>Centro</u>	<u>52,6%</u>	<u>46,8%</u>	<u>5,8%</u>	<u>47,4%</u>	<u>2 008 497</u>
Murtosa	50,8%	44,7%	6,1%	49,2%	8946
Ovar	59,3%	50,5%	8,8%	40,7%	46815
Vagos	55,2%	49,8%	5,4%	44,8%	19446
Cantanhede	50,5%	46,0%	4,5%	49,5%	31872
Figueira da Foz	51,7%	45,1%	6,6%	48,3%	54060
Mira	49,4%	44,0%	5,5%	50,6%	10905
Leiria	59,0%	53,7%	5,3%	41,0%	107580
Marinha Grande	56,0%	49,8%	6,2%	44,0%	32879
<u>Lisboa</u>	<u>58,9%</u>	<u>51,3%</u>	<u>7,6%</u>	<u>41,1%</u>	<u>2 383 995</u>
Almada	55,7%	47,7%	7,98%	44,3%	148 447
Sesimbra	61,1%	53,5%	7,6%	38,9%	40 885
<u>Algarve</u>	<u>57,5%</u>	<u>48,5%</u>	<u>9%</u>	<u>42,5%</u>	<u>384 032</u>
Lagos	57,4%	48,3%	9,0%	42,7%	26 179

Fonte: INE (2018)

Quanto à população empregada por setor de atividade económica, em 2011, o principal setor empregador, nos concelhos onde é praticada a arte-xávega, é o setor terciário, enquanto o setor primário é o setor com menor expressão em todos os concelhos.

O setor terciário registou entre 2001 e 2011 um crescimento superior a 10%, em todos os concelhos, empregando, em 2011, mais de 50% da população empregada em todos os concelhos em análise. Verifica-se também que a taxa de variação do setor terciário, entre 2001 e 2011, regista os valores mais elevados nos concelhos de Espinho (23,77%), Ovar (37,03%), Vagos (34,75%) e Cantanhede (26,20%). Já os concelhos que possuíam em 2011 mais de 3/4 da sua população ativa empregada no setor terciário são Almada (84,0%), Sesimbra (77,1%) e Lagos (80,9%) (cf. Tabela 5).

Entre os concelhos em análise a população empregada no setor primário apresenta uma diminuição entre os censos de 2001 e 2011, registando-se a maior queda da taxa de

variação nos concelhos de Vagos (-60,8%) e Cantanhede (-59,54%). Já Espinho é a exceção, mantendo-se a percentagem de população empregada no setor primário nos (0,7%) nos censos de 2001 e 2011. Note-se ainda que apenas o concelho de Murtosa registava em 2011 um valor acima de 10%, com 16,2% da sua população empregada no setor primário (cf. Tabela 5 e 6).

Relativamente ao setor secundário, entre os concelhos em análise, a população empregada neste setor registou em geral uma diminuição entre 2001 e 2011, sendo que a maior diminuição regista-se no concelho de Ovar, passando de 55,6%, em 2001, para 40,6% em 2011. Em 2011, os concelhos que detinham a maior percentagem de população empregada no setor secundário eram os concelhos de Ovar (40,6%) e da Marinha Grande (47,2%) e os concelhos que registavam a menor percentagem eram Almada (15,3%), Sesimbra (19,9%) e Lagos (17,4%) (cf. Tabela 5).

Tabela 5 - População empregada por setor de atividade económica

	Total		Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<u>Norte</u>	<u>1</u> <u>656 103</u>	<u>1</u> <u>501 883</u>	<u>4,8%</u>	<u>2,9%</u>	<u>45,8%</u>	<u>35,5%</u>	<u>45,8%</u>	<u>61,6%</u>
Espinho	15536	11925	0,7%	0,7%	44,1%	31,1%	55,1%	68,2%
<u>Centro</u>	<u>1 006</u> <u>373</u>	<u>940 211</u>	<u>6,8%</u>	<u>3,7%</u>	<u>38,1%</u>	<u>31,1%</u>	<u>44,9%</u>	<u>66,2%</u>
Murtosa	3792	3996	19,3%	16,2%	37,5%	31,4%	43,3%	52,4%
Ovar	26602	23646	2,0%	1,3%	55,6%	40,6%	42,4%	58,1%
Vagos	9991	9690	12,5%	4,9%	42,9%	35,0%	44,6%	60,1%
Cantanhede	16093	14661	13,1%	5,3%	35,0%	29,2%	51,9%	65,5%
Figueira da Foz	26455	24401	5,2%	3,5%	36,8%	31,6%	58,0%	64,9%
Mira	5181	4795	13,1%	8,3%	33,8%	27,6%	53,2%	64,1%
Leiria	58173	57777	3,1%	1,8%	41,4%	34,0%	55,6%	64,2%
Marinha Grande	17446	16375	0,7%	0,5%	56,5%	47,2%	42,7%	52,3%
<u>Lisboa</u>	<u>1 284</u> <u>673</u>	<u>1</u> <u>223 276</u>	<u>1,1%</u>	<u>0,72%</u>	<u>24,1%</u>	<u>16,6%</u>	<u>74,8%</u>	<u>82,7%</u>
Almada	74571	70839	0,95%	0,7%	23,2%	15,3%	75,9%	84,0%
Sesimbra	17213	21864	5,1%	3,03%	29,0%	19,9%	66,0%	77,1%
<u>Algarve</u>	<u>180 395</u>	<u>186 191</u>	<u>6,1%</u>	<u>3,3%</u>	<u>22,5%</u>	<u>16,1%</u>	<u>71,4%</u>	<u>80,6%</u>
Lagos	11763	12650	3,2%	1,7%	23,4%	17,4%	73,4%	80,9%

Fonte: INE (2018)

Tabela 6 - Variação da % população empregada por setor de atividade económica (2001-2011)

	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
Espinho	0%	-29,48%	23,77%
Murtosa	-16,06%	-16,27%	21,02%
Ovar	-35%	-26,98%	37,03%
Vagos	-60,8%	-18,41%	34,75%
Cantanhede	-59,54%	-16,57%	26,20%
Figueira da Foz	-32,69%	-14,13%	11,9%
Mira	-36,64%	-18,34%	20,49%
Leiria	-41,94%	-17,78%	15,47%
Marinha Grande	-28,57%	-16,46%	22,48%
Almada	-26,32%	-34,05%	10,67%
Sesimbra	-40,59%	-31,38%	16,81%
Lagos	-46,88%	-25,64%	10,22%

Fonte: INE (2018)

Apesar da sua proximidade marítima, o peso da população empregada no setor das pescas não chega a 0,29%, o valor registado para Portugal, em 5 dos 12 concelhos analisados, é este o caso de Espinho (0,11%), Ovar (0,16%), Cantanhede (0,07%), Leiria (0,01%) e Marinha Grande (0,03%). Já os restantes concelhos apresentam um valor superior ao de Portugal (0,29%), registando na sua maioria valores entre 0,5% e 3%. O concelho de Murtosa (11,59%) destaca-se por registar o valor mais elevado de população empregada no setor das pescas (cf. Tabela 5 e 7).

Tabela 7 - População empregada no setor das percas

	Total	Pesca	
		N.º	%
<i>Portugal</i>	<u>4 361 187</u>	<u>12 788</u>	<u>0,29%</u>
<u>Norte</u>	<u>1 501 883</u>	<u>3 270</u>	<u>0,21%</u>
Espinho	11 925	13	0,11%
<u>Centro</u>	<u>940 211</u>	<u>3 055</u>	<u>0,32%</u>
Murtosa	3 996	463	11,59%
Ovar	23 646	39	0,16%
Vagos	9 690	61	0,63%
Cantanhede	14 661	10	0,07%
Figueira da Foz	24 401	423	1,73%
Mira	4 795	83	1,73%
Leiria	57 777	6	0,01%
Marinha Grande	16 375	6	0,03%
<u>Lisboa</u>	<u>1 223 276</u>	<u>1 758</u>	<u>0,14%</u>
Almada	70 839	359	0,51%
Sesimbra	21 864	563	2,58%
<u>Algarve</u>	<u>186 191</u>	<u>1 941</u>	<u>1,04%</u>
Lagos	12 650	107	0,85%

Fonte: INE (2018)

2.4. Caracterização socioeconómica das freguesias onde é praticada a arte-xávega

No que toca à população residente, considerando as 17 freguesias onde é praticada a arte-xávega, observa-se que a maioria apresenta a mesma tendência dos concelhos em que estão inseridas, quer seja de crescimento ou perda de população residente. Não obstante, por um lado, as freguesias Gafanha da Boa Hora (52,2%), Costa da Caparica (94,1%), Sesimbra Castelo (59,2%) e São Gonçalo de Lagos (53,7%) registam um crescimento populacional superior ao registado nos respetivos concelhos, Vagos (19,8%), Almada (14,7%), Sesimbra (31,8%) e Lagos (22,2%). (cf. Tabela 2 e 8). Por outro lado, as freguesias de Lavos (-3,2%) e Marinha das Ondas (-3,5%) do concelho de Figueira da Foz e a freguesia de Coimbrão (-9,8%) do concelho de Leiria (23,5%) registam perdas de populacionais ao contrário do observado para os concelhos. O caso de maior disparidade entre a freguesia e o concelho é o da freguesia de Santiago (-33,9) do concelho de Sesimbra que apresenta a maior perda populacional de entre todas as

freguesias em estudo, enquanto Sesimbra (31,8%) apresenta o maior crescimento populacional entre os casos em análise. (cf. Tabela 2 e 8).

Tabela 8 - População residente nas freguesias onde se pratica a arte-xávega

	População Residente			Taxa de variação (1991-2011)
	1991	2001	2011	
Espinho	11 888	10 225	9 832	-17%
Paramos	3 820	3 789	3 515	-7,98%
Torreira	2297	2495	2745	19,5%
Cortegaça	3778	4066	3837	1,6%
União das freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	26300	29710	29765	13,2%
Gafanha da Boa Hora	1725	2277	2625	52,2%
Tocha	4369	4016	3992	-8,6%
Lavos	4132	4171	3999	-3,2%
Marinha das Ondas	3296	3241	3179	-3,5%
São Pedro	2530	2705	2910	15,0%
Praia de Mira	3167	2985	3147	-0,6%
Coimbrão	1923	1930	1735	-9,8%
Vieira de Leiria	5606	5781	5845	4,3%
Costa da Caparica	6 913	11 708	13 418	94,1%
Castelo	11 967	15 207	19 053	59,2%
Santiago	7 321	5 793	4 841	-33,9%
São Gonçalo de Lagos	14378	17471	22094	53,7%
Total	117401	129571	138543	

Fonte: INE (2018)

O índice de envelhecimento das freguesias em que se pratica a arte-xávega segue a mesma tendência dos concelhos em que se encontram inseridas. As freguesias que registam um índice envelhecimento mais elevado são as freguesias de Espinho (227,9), Sesimbra (Santiago) (406,8), Tocha (217,7), Lavos (208,5) e Coimbrão (227), sendo que simultaneamente são aquelas em se regista um declínio da população residente. Por sua vez, as freguesias da Torreira (75,8) e da Gafanha da Boa Hora (91,5), apesar de registarem um envelhecimento populacional, destacam-se por, em 2011, ainda possuírem uma percentagem de população jovem superior à população idosa. (cf. Tabela 9).

Tabela 9 - Índice de Envelhecimento das Freguesias onde se pratica a arte-xávega na região centro, 2001 e 2011

		2001	2011
Espinho		165,7	227,9
Paramos		67,4	130,5
Torreira		49	75,8
Cortegaça		69,8	127,9
União de freguesias	Arada	64,4	100,8
	Ovar	75,7	102,8
	São Vicente de Pereira Jusã	64,6	127,8
	São João	76,6	120,8
Gafanha da Boa Hora		55,4	91,5
Tocha		166,9	217,7
Lavos		174,6	208,5
Marinha das Ondas		120,7	155,9
São Pedro		110,3	140,2
Praia de Mira		77,6	149,2
Coimbrão		116,4	227
Vieira de Leiria		126,5	158,5
Costa da Caparica		104,3	141,9
Castelo		90,5	101,7
Santiago		263,8	406,8
União de freguesias (São Gonçalo de Lagos)	Santa Maria	100,5	115,5
	São Sebastião	99,1	102,9

Fonte: INE (2018)

Nas freguesias onde se pratica arte-xávega, a relação da população com a atividade económica apresenta diferentes tendências. Relativamente à percentagem de população ativa, apesar da maioria das freguesias registar uma percentagem de população ativa entre os 50% e os 60%, existem exceções, designadamente as freguesias de Lavos (47,3%), Coimbrão (49,8%), Vieira de Leiria (49,7%) e Santiago (47,4%) que apresentam uma percentagem de população ativa inferior à de população inativa. Por outro lado, destacam-se as freguesias de Torreira (60,7%) e Costa da Caparica (86,6%) por possuírem uma percentagem de população ativa acima de 60%, registando dessa forma as menores percentagens de população inativa (cf. Tabela 10).

Relativamente à população empregada, as freguesias de Torreira (51,4%), União de freguesias de Ovar (50,3%), Costa da Caparica (70,7%), Sesimbra Castelo (51,86%) e

São Gonçalo de Lagos (50,6%) apresentam uma percentagem de população empregada superior a 50% do total da sua população residente. É de destacar ainda que Lavos (41,6%) é a freguesia com a percentagem de população empregada residente menos elevada (cf. Tabela 10). Já as freguesias que se destacam por ter uma população desempregada mais elevada são Paramos (10,9%) e Costa da Caparica (15,9%) (cf. Tabela 10).

Tabela 10 - População residente com 15 anos ou mais por condição perante a atividade económica, na Região Centro e Freguesias onde se pratica a arte-xávega, 2011

	População ativa			População inativa	Total População com 15 anos ou mais
	Total população ativa	Empregada	Desempregada		
<u>Norte</u>	<u>56,1%</u>	<u>48%</u>	<u>8,1%</u>	<u>43,9%</u>	<u>3 132 449</u>
Espinho (F)	51,3%	43,0%	8,3%	48,7%	8 720
Paramos	55,1%	44,2%	10,9%	44,9%	3 033
<u>Centro</u>	<u>52,6%</u>	<u>46,8%</u>	<u>5,8%</u>	<u>47,4%</u>	<u>2008497</u>
Torreira	60,7%	51,4%	9,3%	39,3%	2269
Cortegaça	58,5%	49,7%	8,8%	41,5%	3292
União de Freguesias	58,4%	50,3%	8,2%	41,6%	25213
Gafanha da Boa Hora	57,1%	49,1%	8,0%	42,9%	2164
Tocha	51,4%	46,0%	5,4%	48,6%	3528
Lavos	47,3%	41,6%	5,7%	52,7%	3503
Marinha das Ondas	51,9%	46,9%	5,0%	48,1%	2726
São Pedro	53,0%	45,1%	7,9%	47,0%	2480
Praia de Mira	51,9%	45,4%	6,6%	48,1%	2720
Coimbrão	49,8%	45,0%	4,8%	50,2%	1539
Vieira de Leiria	49,7%	44,1%	5,6%	50,3%	5024
<u>Lisboa</u>	<u>58,9%</u>	<u>51,3%</u>	<u>7,6%</u>	<u>41,1%</u>	<u>2 383 995</u>
Costa da Caparica	86,6%	70,7%	15,9%	13,4%	11 572
Castelo	58,7%	51,86%	6,8%	41,3%	15 903
Santiago	47,4%	41,3%	6,1%	52,6%	4 460
<u>Algarve</u>	<u>57,5%</u>	<u>48,5%</u>	<u>9%</u>	<u>42,5%</u>	<u>384 032</u>
São Gonçalo de Lagos	59,8%	50,6%	9,2%	40,2%	18503

Fonte: INE (2018)

Ao contrário do que seria de esperar pela proximidade aos recursos marinhos, o peso da população empregada no setor das pescas não chega a 1% em mais de metade das freguesias onde é praticada a arte-xávega, seguindo desta forma a tendência dos concelhos. Não obstante, o volume de população empregada no setor das pescas é bastante expressivo nas freguesias de Torreira (23,6%), do município da Murtosa, da Marinha das Ondas (10,4%), São Pedro (10%) e Lavos (4,5%), do município da Figueira da Foz, da Gafanha da Boa Hora (3,2%), do município de Vagos, e da Praia de Mira (9,6%), do município de Mira, Costa da Caparica (2,38%), no município de Almada, de Sesimbra (Castelo) (3,04%) e Sesimbra (Santiago) (16,5%), no município de Sesimbra (cf. Tabela 7 e 11). Considerando o peso do setor das pescas nas atividades económicas destes territórios, estas freguesias serão, assim, as que estão, potencialmente, mais expostas ao risco de degradação dos recursos endógenos piscícolas, mesmo que o número de residentes empregados no setor das pescas não ultrapasse em termos absolutos duas a três centenas.

Tabela 11 - População empregada no setor das pescas nas freguesias onde se pratica a arte-xávega (CAE Rev. 3), 2011 (%)

	Total	Pesca	
		Nº	%
<u>Norte</u>	<u>1 501 883</u>	<u>3 270</u>	<u>0,21%</u>
Espinho	3 750	1	0,03%
Paramos	1 340	1	0,07%
<u>Centro</u>	<u>940 211</u>	<u>3 055</u>	<u>0,32%</u>
Torreira	1166	272	23,50%
Cortegaça	1637	3	0,18%
União de freguesias de Ovar	12670	19	0,15%
Gafanha da Boa Hora	1063	33	3,10%
Tocha	1623	5	0,31%
Lavos	1457	60	4,12%
Marinha das Ondas	1278	133	10,41%
São Pedro	1118	112	10,02%
Praia de Mira	1 234	76	6,16%
Coimbrão	693	2	0,29%
Vieira de Leiria	2215	3	0,14%
<u>Lisboa</u>	<u>1 223 276</u>	<u>1 758</u>	<u>0,14%</u>
Costa da Caparica	5 763	137	2,38%
Castelo	8 248	251	3,04%
Santiago	1 842	304	16,50%
<u>Algarve</u>	<u>186 191</u>	<u>1 941</u>	<u>1,04%</u>
São Gonçalo de Lagos	9354	94	1%

Fonte: INE (2018)

DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

Em seguida faço uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido ao longo do estágio, incluindo uma descrição detalhada sobre a aplicação do inquérito por questionário. Em termos gerais, o estágio estruturou-se em dois momentos, um primeiro de preparação do trabalho de campo, com a realização de uma reunião com armadores e pescadores e workshops com alunos de biologia, durante o mês de maio, e um segundo momento de realização do trabalho de campo, com a aplicação dos inquéritos, entre junho e setembro (cf. tabela 12). Importa ainda referir que no CFE fui acolhido e acompanhado pela Professora Doutora Fátima Alves, enquanto coordenadora da linha transversal impactos socioeconómicos e culturais do projeto de investigação ReNature, e pela Doutora Paula Casaleiro, enquanto investigadora em pós-doutoramento do referido projeto de investigação.

Tabela 12 - Cronograma do Estágio

	Período de referência: maio – agosto 2018															
	maio				junho				julho				agosto			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Workshop																
Preparação do PowerPoint a ser apresentado no Workshop																
Sessões de Workshop																
Inquéritos por questionário																
Pré-teste																
Aplicação do inquérito																
Criação da base de dados SPSS																
Inquéritos de autoadministração																
Telefonemas para Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais																
Transcrição de entrevista																

3.1. Reunião com armadores e pescadores, para apresentação do projeto

No primeiro dia de estágio participei em uma reunião com armadores e pescadores de arte-xávega da Região Centro. A reunião decorreu dia 7 de maio 2018, no Centro Cultural e Recreativo da Praia de Mira, localizado ao lado dos armazéns das companhias de arte-xávega.

Nesta reunião estiveram também presentes coordenadores e membros das equipas da linha temática recursos piscícolas e aquacultura e da linha transversal impactos socioeconómicos e culturais do projeto ReNATURE - Valorização dos Recursos Naturais Endógenos da Região Centro, e vários representantes do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), responsáveis pelo projeto Xávega2020.

A reunião começou pela apresentação dos vários membros do projeto e dos resultados da investigação sobre as espécies capturadas pela arte-xávega, que decorreu em colaboração com os pescadores de arte-xávega em anos anteriores. Seguidamente, procedeu-se à apresentação dos objetivos do projeto ReNATURE e, mais concretamente, dos objetivos específicos do estudo de caso da arte-xávega no âmbito da linha temática impactos socioeconómicos e culturais, pedindo a colaboração e autorização dos armadores presentes para a aplicação de um inquérito por questionário, durante o período laboral dos pescadores de arte-xávega.

Por fim, procedeu-se à recolha de e-mails e números de telemóvel dos vários armadores de forma a tornar mais fácil o contacto entre os diferentes investigadores e os armadores de arte-xávega. A recolha destes contactos foi de extrema importância, uma vez que a arte-xávega é uma atividade que depende das condições marítimas e atmosféricas, sendo apenas possível saber se a embarcação sairá ou não ao mar no dia anterior ou mesmo no próprio dia. Como é uma prática muito incerta, as deslocações de trabalho de campo dependiam dos contactos estabelecidos no dia anterior pelos investigadores de forma confirmar que embarcações previam sair ao mar, o local e o horário.

3.2. Trabalho de campo

3.2.1. Aplicação de inquéritos por questionário

O grupo de trabalho para as saídas de campo era constituído por dois grupos, por um lado, duas pessoas das ciências sociais (eu e a Doutora Paula Casaleiro) e por outro, uma equipa de biólogos, liderada pelo Doutor Miguel Pardal e constituída por outros elementos que foram variando ao longo do tempo. Estas duas equipas tinham tempos de trabalho diferentes, a equipa das ciências sociais aplicava os inquéritos, assim que se chegava a cada uma das praias, se apresentavam os membros da equipa de trabalho e se pedia a devida autorização ao mestre ou armador da embarcação para a aplicação de inquéritos durante o período laboral. Já a equipa de trabalho constituída por biólogos tinha de esperar que cada lance chegasse à praia de forma a poder identificar as principais espécies capturadas, registar dimensões e peso, e recolher exemplares para analisar posteriormente em laboratório.

O inquérito por questionário foi aplicado a pescadores, mestres e armadores de arte-xávega por mim e pela Doutora Paula Casaleiro, entre os meses de junho e setembro de 2018. Como a atividade da arte-xávega começa ainda durante a madrugada, assim que o sol nasce, e as praias onde é praticada ficavam na sua maioria a cerca de 1 hora de distância de Coimbra, os dias de trabalho de campo tinham início às 6h00, com a deslocação para as praias, e terminavam por volta das 18:00/19:00 horas.

A opção pela aplicação de inquéritos por questionário, como metodologia de pesquisa no estudo de caso sobre a arte-xávega, deveu-se a três fatores: i) grande área de intervenção; ii) tempo disponível reduzido; iii) disponibilidade limitada do meio de transporte entre Coimbra e as respetivas zonas de ação das embarcações de arte-xávega. Assim, a opção da utilização dos inquéritos por questionário permitiu a rápida recolha de informação de uma população pouco conhecida, a possibilidade de atingir grande número de pessoas e possibilidade de fazer comparações precisas entre as respostas obtidas de diferentes indivíduos, embarcações e praias (Almeida & Pinto, 1995). Tal como refere Afonso (2005),

“os questionários consistem em conjuntos de questões escritas a que se responde também por escrito. O objetivo principal nesta técnica consiste em converter a informação obtida dos respondentes em dados pré formatados, facilitando o acesso a um número elevado de sujeitos e a contextos diferenciados.” (Afonso, 2005, p. 101)

O inquérito por questionário encontrava-se dividido em 3 partes: a primeira parte referente aos dados pessoais; a segunda parte referente à participação na arte-xávega; e a terceira parte referente às características, despesas e receita de cada embarcação, sendo que esta terceira parte foi aplicada apenas ao armador ou em caso de este não se encontrar presente ao mestre da embarcação. Uma vez que o inquérito teria de ser aplicado nas praias, enquanto os pescadores exerciam as suas funções, o inquérito teve de ser mais curto possível e evitar ao máximo perguntas abertas. Como referem Ghiglione e Matalon “estando o entrevistado e o entrevistador de pé, tendo à volta pessoas que falam ou que podem interferir, dez minutos é o máximo que o inquérito deve durar” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 113).

O número total de pescadores que se dedicam à arte-xávega é desconhecido, uma vez que neste tipo de pesca a maioria dos pescadores não está registado oficialmente, participando apenas de forma pontual e como uma forma de complementar os rendimentos. Uma vez que o tamanho do “universo” (Hill & Hill, 2005, p. 41) era desconhecido, não sendo possível construir uma “amostra” (Hill & Hill, 2005, p. 42) representativa, optou-se por fazer uma estimativa do universo a partir do número de embarcações e do número médio de pescadores por embarcação, de forma a que os inquéritos aplicados fossem estatisticamente relevantes. Apesar da volatilidade do número de pescadores envolvidos nas companhias 10 a 15 pescadores, segundo os autores Pereira, Dias, & Bastos (2015) e Santos (2015), estimou-se que esta arte de pesca mobiliza cerca de 645 pessoas (43 embarcações licenciadas em 2016 * 15 pescadores = 645) em todo o país. Para uma população estimada de 645 pescadores, um nível de confiança 95% e uma margem de erro de 10%, calculou-se que a amostra deveria ser de 84 para ter um tamanho estatisticamente relevante.

Na aplicação dos inquéritos procurou-se assegurar, por um lado, a participação de pescadores e armadores das principais comunidades de arte-xávega, como a comunidade de Mira, e, por outro lado, abranger comunidades piscatórias de diferentes áreas geográficas para dar conta da heterogeneidade existente. De salientar que no caso da companhia de Lagos optou-se por aplicar apenas a secção do questionário referente à caracterização sociodemográfica e à relação com a arte-xávega, dado, por um lado, o tempo limitado de atuação e os recursos necessários para aplicar o questionário nesta

comunidade. E por outro lado, as características específicas desta companhia, que opera quase exclusivamente aos fins-de-semana, sem recurso a qualquer tipo de mecanização⁸

O inquérito foi aplicado um pouco por toda a costa portuguesa, desde Espinho a Lagos, ainda que a maior quantidade tenha sido obtida na Região Centro, a área de estudo do projeto ReNature. No total foram aplicados 83 inquéritos, dos quais 72 a pescadores e 11 a armadores, distribuídos por 12 embarcações em 7 praias, Praia de Espinho no concelho de Espinho, Praia de Torreira no concelho de Murtosa, Praia de Mira no concelho de Mira, Praia da Tocha no concelho de Cantanhede, Praia da Leirosa no concelho de Figueira da Foz, Praia da Vieira no concelho de Marinha Grande e Meia Praia no concelho de Lagos. Foi feita uma saída de trabalho de campo em cada uma delas, exceto na Praia de Mira em que foram feitas duas saídas, uma vez que é uma das praias com maior número de companhias de arte-xávega, em Portugal.

De forma a que se obtivesse uma resposta positiva para o preenchimento dos inquéritos, foi essencial o primeiro contacto com os pescadores e, mais especificamente, com o armador de cada embarcação realizado pelo Professor Miguel Pardal, que facilitava na apresentação da equipa de trabalho e pedia ao armador que autorizasse a aplicação de inquéritos aos pescadores enquanto estes desempenhavam as suas atividades. Sempre que era pedida a colaboração de um pescador para o preenchimento de um inquérito, explicava-se o porquê de se estar a fazer este estudo, a estrutura do inquérito, e que toda a informação prestada era anónima e seria tratada de forma a que ninguém fosse identificado.

Uma vez que os inquéritos foram aplicados enquanto os pescadores desempenhavam as suas atividades, optou-se por abordar os pescadores em momentos em que estes estivessem a desempenhar uma função mais repetitiva e permanecessem parados no mesmo local durante um algum tempo, como é exemplo dos redeiros⁹, pescadores responsáveis pelos aladores¹⁰ e redes. Ou seja, os pescadores eram muitas vezes entrevistados no espaço de tempo entre a saída da embarcação da praia e o momento em que a rede chegava à praia com o peixe capturado.

⁸ A arte é praticada sem a utilização de tratores e todo o trabalho é feito por força braçal. É ainda também um caso de exceção uma vez que as capturas não se destinam à venda e são distribuídas de forma igualitária por todos os participantes nesse lance.

⁹ Pescador ou grupo de pescadores, responsável pela manutenção das redes de pesca.

¹⁰ Pescadores, responsável pela máquina que puxa a corda e rede do mar para a praia.

Figura 3 e 4 - Praia da Vieira



Fonte: Jorge Neto (2018)

Os inquéritos foram, assim, aplicados nas respetivas praias, enquanto os pescadores desempenhavam as suas funções, ao lado das embarcações, tratores, redes de pesca e pescado (cf. figura 3 e 4). Estas não eram as melhores condições para se aplicar inquéritos, uma vez que para além de se estar atento às respostas também se tinha de estar atento e ter cuidado com máquinas e redes de pesca que poderiam provocar acidentes. Para além destas dificuldades, ao longo do processo de aplicação de inquéritos outras das dificuldades sentidas passaram por: alguma resistência em responder ao inquérito; interrupções/paragens no preenchimento de inquéritos de forma a que a pessoa entrevistada pudesse desempenhar as suas atividades sem grandes constrangimentos; alguma resistência e desconfiança por parte de alguns pescadores relativamente a determinadas perguntas, em especial as questões relativas aos rendimentos, ação predatória da arte-xávega e futuro desta mesma arte; e pela proximidade de terceiros durante a aplicação do inquérito, que em alguns casos pode ter influenciado a resposta do inquirido.

3.3. Trabalho desenvolvido a partir do departamento

3.3.1. Monitorização/Acompanhamento do inquérito (online) de auto- administração

Os inquéritos por questionário (online) de auto-administração às Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, cujo território abrange praias onde é realizada a arte-xávega, tinham como objetivo identificar estratégias locais de valorização sustentável e responder ao risco de degradação dos recursos centrado nos recursos endógenos e compreender a relação destas instituições com a arte-xávega. As Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia foram contactadas primeiramente, via telefone e email, pela Doutora Paula Casaleiro com o intuito de pedir a colaboração no preenchimento do inquérito on-line e envio-o do mesmo.

O contacto que eu tive com estes agentes locais começou no final de maio de 2018 e terminou no final de julho do mesmo ano. A minha participação neste inquérito on-line passou por efetuar telefonemas para as diversas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, de modo a relembrar a importância da participação destes agentes locais para o sucesso da investigação.

No início de cada telefonema começava por identificar-me e seguidamente pedia para o telefonema ser redirecionado para a pessoa que estivesse responsável pelo preenchimento do respetivo inquérito. A partir do momento em que entrava em contacto com a pessoa responsável, questionava se tinha alguma dúvida relativamente ao inquérito, se existia alguma forma de ajudar e pedia a colaboração no preenchimento do mesmo, garantindo sempre que informação fornecida iria ser tratada de forma confidencial de acordo com as regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Jornal Oficial da União Europeia, L 119, 4 de maio de 2016).

A opção pela utilização dos inquéritos on-line como forma de recolha de informação, junto das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, teve como principais vantagens a poupança de tempo em deslocações, dando a possibilidade de todas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia responderem ao inquérito. Embora esta seja uma forma que permite a participação de todas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, os procedimentos internos de distribuição de trabalho das Câmaras Municipais e o facto da maioria dos presidentes de Junta de Freguesia estarem apenas um ou dois dias por semana

na Junta, levou a que a recolha de informação fosse um processo demorado, exigindo diversos contactos de reforço.

3.4. Outras atividades desempenhadas ao longo do estágio

Ao longo do estágio desempenhei outras atividades, nomeadamente a recolha de informação estatística sobre a população residente nos concelhos e freguesias onde é praticada arte-xávega (cf. pontos 2.3 e 2.4), um seminário interno, a criação de uma base de dados em SPSS e a transcrição de uma entrevista.

O seminário interno destinou-se a dar formação básica a alunos de biologia sobre preparação e aplicação de inquéritos, de forma a que pudessem posteriormente vir a participar na aplicação do inquérito por questionário aos pescadores de arte-xávega, o que não se verificou. Outra das atividades que desempenhei tratou-se da criação da base de dados em SPSS, para os inquéritos por questionário aplicados a pescadores, mestres e armadores de arte-xávega. De forma a que seguidamente fosse possível passar à codificação e análise dos mesmos. Procedi também à transcrição de uma entrevista aplicada pela Doutora Paula Casaleiro ao armador e mestre da embarcação a operar na Meia Praia, no âmbito da deslocação de trabalho de campo para aplicação do questionário em Lagos.

3.5. Experiência adquirida e dificuldades sentidas ao longo do estágio.

O estágio curricular no Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet, no âmbito do estudo de caso desenvolvido pelo grupo da linha transversal socioeconómica e cultural, do projeto ReNATURE, foi no meu entender de extrema importância para a conclusão do mestrado em sociologia. O estágio permitiu desenvolver e aplicar conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos ao longo da licenciatura e

mestrado em sociologia, nomeadamente metodologias quantitativas e qualitativas. No que toca às metodologias quantitativas, desenvolvi e coloquei em prática competências ao nível da pesquisa de informação estatística em diferentes bases de dados (por exemplo, INE e PORDATA), da análise de dados estatísticos e da criação de base de dados em SPSS, bem como ao nível da aplicação de inquéritos, nomeadamente nos cuidados a ter na sua aplicação. Quanto às metodologias qualitativas, tive a oportunidade de proceder à transcrição de uma entrevista aplicada pela Doutora Paula Casaleiro ao armador e mestre da embarcação a operar na Meia Praia, no âmbito da deslocação de trabalho de campo para aplicação do questionário em Lagos.

Entre as dificuldades que senti ao longo do estágio posso destacar alguns momentos na aplicação dos inquéritos por questionário e o acompanhamento do inquérito online de autoadministração. Na aplicação do inquérito por questionário a pescadores, mestres e armadores, duas das maiores dificuldades foram, por um lado, encontrar o momento certo para a aplicação do inquérito, de forma a interromper o mínimo possível o trabalho dos pescadores, e, por outro lado, ultrapassar alguma reticência inicial na colaboração no preenchimento do inquérito por parte dos pescadores. Relativamente ao acompanhamento do inquérito de autoadministração a municípios e freguesias em que é praticada a arte-xávega, surgiram algumas dificuldades na realização dos telefonemas, devido, por um lado à gestão que tinha de ser feita dentro do próprio gabinete de trabalho, e, por outro lado, ao horário de funcionamento das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Surgiu ainda a dificuldade em conseguir contactar as pessoas responsáveis pelo preenchimento do inquérito em algumas Câmaras Municipais e presidentes de Juntas de Freguesia que não se encontravam na respetiva junta a tempo inteiro.

CONCLUSÃO

Nas páginas que se seguem pretende-se apresentar uma síntese do trabalho desenvolvido no estágio curricular e refletir sobre o contributo da experiência adquirida para a minha formação académica e pessoal. Note-se que este estágio curricular se debruçou sobre um objeto de estudo “em crise” e com a “morte anunciada” (Marques, 2011; Nunes, 2006; Souto, 1998). Como referido no ponto 2.1, o sector das pescas, em Portugal, encontra-se em crise devido à imposição de fortes restrições ao desempenho da atividade, quer sejam elas impostas a nível legislativo nacional ou europeu, e ao abandono do sector pela população mais jovem (cf. pontos 2.1). A arte-xávega, em particular, tem vindo a passar por grandes dificuldades de sobrevivência (cf. pontos 2.2), devido às suas especificidades, entre as quais os baixos rendimentos de exploração, a regulação restritiva e o impacto que as alterações climáticas têm sobre local onde esta é praticada e sobre as espécies capturadas.

As atividades desenvolvidas ao longo dos quatro meses de estágio foram, na minha opinião, executadas com sucesso, entre as quais, as referentes à preparação do trabalho de campo (reunião com armadores e pescadores e workshops com alunos de biologia), e as atividades referentes à realização do trabalho de campo (aplicação dos inquéritos por questionário e acompanhamento dos inquéritos de autoadministração) (cf. anexo 1). Considero ainda que a minha inserção em contexto de trabalho na linha temática transversal socioeconómica e cultural do projeto ReNATURE foi o complemento ideal à formação académica, sendo a variedade de atividades desempenhadas durante os meses de estágio uma das mais valias a assinalar. Apesar do pouco tempo de experiência profissional posso declarar que todo este processo de estágio teve vantagens significativas a nível pessoal e académico.

A nível pessoal destaco o contato com as comunidades de pescadores e a interação com diferentes grupos de investigadores de outras áreas científicas. O estágio foi realizado no âmbito de um projeto de investigação multidisciplinar, o que permitiu verificar a forma como diferentes áreas de conhecimento abordam o mesmo tema, e como estas se podem complementar de forma a aumentar a relevância do trabalho desenvolvido em cada uma delas. Verificando que, mesmo em áreas que não são tradicionalmente conhecidas da intervenção sociológica, os sociólogos conseguem ganhar o seu espaço e ajudar a reunir conhecimentos aprofundados sobre o tema e a resposta às mudanças que

se verificam. Com este estágio, desenvolvi ainda capacidades pessoais de adaptação e resposta à mudança e às contrariedades. Uma investigação está em constante processo de adaptação, estando sujeita a diversos contratempos que, muitas das vezes, não podem ser controlados pelos investigadores. Neste caso foi necessário lidar com a falta de colaboração de alguns *stakeholders* no caso do inquérito destinado as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais em que não foi obtida resposta, e com as condições meteorológicas nem sempre favoráveis ao desenvolvimento da prática de arte-xávega e respetivo trabalho de campo.

A nível académico, o estágio permitiu solidificar conhecimentos e competências metodológicas, nomeadamente através da aplicação dos inquéritos por questionário a pescadores de arte-xávega nas diferentes praias (cf. pontos 3.2.1): verifiquei a importância da escolha dos métodos utilizados para o sucesso da investigação; e observei na prática as vantagens e desvantagens de diferentes técnicas de investigação e a pertinência da sociologia em projetos multidisciplinares, como forma de interligação entre o conhecimento científico de outras áreas e os conhecimentos da população local.

Para concluir e tendo em conta a experiência do estágio, considero que seria relevante para o estudo de caso complementar a informação recolhida recorrendo a metodologias qualitativas. Uma vez que com os inquéritos perde-se a riqueza do discurso direto sobre a experiência de vida dos pescadores e a sua relação com a arte-xávega, acredito que seria benéfico proceder-se a entrevistas semi-estruturadas e focos-grupo a pescadores de arte-xávega. Por um lado, as entrevistas permitiriam fazer uma caracterização mais aprofundada sobre as histórias de vida dos pescadores e como estas se relacionam com a pesca de arte-xávega, já que é uma história sempre individual e única contada a partir da perspectiva e à luz da vivência do indivíduo e da sua história. Por outro lado, os focos-grupo seriam dedicados a aprofundar o conhecimento sobre a forma como a arte-xávega se tem adaptado às alterações nas espécies capturadas, às alterações provocadas pela subida do mar/erosão costeira, às alterações na regulação da arte-xávega e, por fim, à forma de preservar de forma sustentável este tipo de arte de pesca artesanal com centenas de anos de história.

Bibliografia

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: Guia prático e crítico*. Porto: Asa Editores.
- Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais* (5º ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Antunes, M. (2007). *Caracterização da pesca com arte de xávega na zona costeira adjacente ao estuário do Tejo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, BIOLOGIA ANIMAL, Lisboa, Portugal.
- Cabral, H. N. (2000). *A pesca com arte de xávega na frente Atlântica do Concelho de Almada*. Lisboa: Instituto de Oceanografia.
- Cavaco, C. (1969). A pesca e a indústria de conservas de peixe em Portugal. *Centro de Estudos Geográficos*, IV(7), 145-153.
- CFE-UC. (15 de junho de 2019). *CFE-UC*. Obtido de Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet” (CFE-UC): <http://cfe.uc.pt/menu/cfe>
- Coelho, M. (2000). situação e perspectivas de desenvolvimento das pescas portuguesas, a política comum das pescas. Em J. F. Almeida, S. Barroso, A. Canhão, M. Coelho, L. Coreia, P. I. Ferreira, . . . Elisa P, *Pescas e Pescadores - Futuros para o emprego e os recursos*. Oeiras, Portugal: Celta.
- Dias, J. A. (2003). *Portugal e o Mar: Importância da Oceanografia para Portugal*. Lisboa, Portugal: Apenas Livros.
- Garrido, Á. (2001). Henrique Tenreiro, patrão das pescas, o guardião do Estado Novo. *Análise Social*, XXXVI, 839-862.
- Garrido, Á. (2018). *As pescas em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: teoria e pratica*. Oeiras: Celta Editora.
- Grupo/ Sociedades e Sustentabilidade Ambiental. (15 de junho de 2019). Obtido de Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet (CFE): <http://cfe.uc.pt/profile/lines/7>

- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa, Portugal: Sílabo.
- INE. (2018). *Estatísticas da Pesca 2017*. Lisboa Portugal: Instituto Nacional de Estatística , I. P. Av. António José de Almeida 1000-043.
- Jorge, I., Siborro, S., & Sobral, M. P. (2002). *Contribuição para o conhecimento da pescaria da xávega na zona centro*. Instituto de Investigação das Pescas e do Mar.
- Madureira, N. L. (1998). O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). *Análise Social*, XXXIII(148), 777-883.
- Magalhães, F. (agosto de 2005). Museus, Património e identidade ritualidade, educação, Conservação, Pesquisa, exposição. *ProFedições, Lda./ Jornal a Página*.
- Marques, M. J. (2011). *Arte Xávega em Portugal, Uma arte secular em decadência Organização, caracterização e declínio* . Licenciatura em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto , Unidade curricular de Arqueologia Moderna e Contemporânea II, Porto, Portugal.
- Martins, R., Carneiro, M., Rebordão, F., & Sobral, M. (1999). *A pesca com arte de xávega*. Lisboa, Portugal: Instituto de Investigação das Pescas e do Mar - IPIMAR.
- Medeiros, C. A. (2005). As Pescas. Em I. M. André, C. A. Medeiros, A. B. Ferreira, D. Abreu, A. Marin, & J. Paiva, *Geografia de Portugal Vol. 3: Actividades económicas e espaço geográfico* (pp. 154-171). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.
- Nunes, F. O. (2006). *Hoje por ti, amanhã por mim: a arte-xávega no litoral central português*. Tese de doutoramento, Lisboa, Portugal.
- Pardal, M. (5 de setembro de 2018). Informação sobre o projeto ReNATURE [mensagem pessoal]. *Mensagem recebida por <jorgemneto.jn@gmail.com>*.
- Peralta, E., & Anico, M. (2005). Introdução, PATRIMÓNIOS E IDENTIDADES. Em J. Torrico, M. F. Amante, M. Anico, M. Areia, J. C. Barros, J. Brito, . . . C. Steil, *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas* (pp. 1-11). Oeiras, Portugal: Celta Editora.

- Pereira, O. N., Dias, J. A., & Bastos, M. R. (2015). Considerações sobre a arte xávega em Portugal: sua introdução, desenvolvimento e teorias inerentes. Em J. G. Freitas, M. Rodrigues, S. Pereira, & S. Bergamaschi, *O Homem e as Zonas Costeiras* (pp. 121-139). Rio de Janeiro, Brasil: BRASPOR.
- Santos, M., Seixas, S., Aggio, R. B., Hanazaki, N., Costa, M., Schiavetti, A., . . . Azeiteiro, U. M. (2012). A Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade / Fisheries as a Human Activity: Artisanal Fisheries and Sustainability. *RGCI - Revista da Gestão Costeira Integrada. JICZM - Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 12(4), 405-427 .
- Santos, B. M. (2015). *A Arte Xávega em Espinho: Notas para Compreensão da Arte Xávega como Património Imaterial*. Relatório de Estágio, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, História, Coimbra, Portugal.
- Souto, H. d. (1998). *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa : estudo geográfico*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, Portugal.

Referências Eletrónicas

<https://www.ine.pt>

<http://www.ipma.pt>

Legislação, Normas e Regulamentos

Portaria n.º 488/96 de 13 de setembro de 1996. Diário da República n.º 213 – 1ª Série – B

Portaria n.º 1102-F/2000 de 22 de novembro de 2000. Diário da República n.º 270 – 1ª Série – B

Portaria n.º 244/2005 de 8 de março de 2005. Diário da República n.º 244 – 1ª Série – B

Portaria n.º 4/2013 de 7 de janeiro de 2013. Diário da República n.º 4 – 1ª Série

Portaria nº 104/2015 de 9 de abril de 2015. Diário da República n.º 69 – 1ª Série

Portaria nº 172/2017 de 25 de maio de 2017. Diário da República n.º 101 – 1ª Série

ANEXOS

Anexo 1 - Cronograma do Estágio

	Período de referência: maio – agosto 2018															
	maio				junho				julho				agosto			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Workshop																
Preparação do PowerPoint a ser apresentado no Workshop																
Sessões de Workshop																
Inquéritos por questionário																
Pré-teste																
Aplicação do inquérito																
Criação da base de dados SPSS																
Inquéritos de autoadministração																
Telefonemas para Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais																
Transcrição de entrevista																

Anexo 2 - Dados INE

Período de referência dos dados	Pescadores matriculados em 31 de Dezembro em portos nacionais (N.º)	Embarcações de pesca sem motor (N.º) da frota nacional	Embarcações de pesca com motor (N.º) da frota nacional	Total Embarcações de pesca (N.º) da frota nacional
	PT: Portugal	Portugal	Portugal	Portugal
	N.º	N.º	N.º	N.º
2018	16 164	1 553	6 302	7 855
2017	x	1 563	6 359	7922
2016	x	1 550	6 430	7980
2015	x	1 556	6 498	8054
2014	x	1 574	6 603	8177
2013	x	1 573	6 659	8232
2012	16 559	1 560	6 716	8 276
2011	16 402	1 555	6 825	8 380
2010	16 920	1 544	6 948	8 492
2009	17 415	1 563	6 999	8562
2008	16 854	1 566	7 019	8585
2007	17 021	1 552	7 078	8630
2006	17 261	1 591	7 124	8715
2005	18 085	2 156	7 799	9955
2004	21 345	2 168	7 921	10 089
2003	20 457	2 201	8 061	10 262
2002	22 025	2 264	8 284	10 548
2001	23 580	2 285	8 247	10532
2000	25 021	2 330	8 420	10750
1999	26 660	2 377	8 556	10933
1998	27 197	2 442	8 747	11189
1997	27 347	2 505	8 935	11440
1996	28 458	2 538	9 060	11 598
1995	30 937	2 761	9 401	12 162
1994	32 307	3 011	9 609	12 620
1993	34 634	4 845	8 322	13167
1992	36 337	5 657	8 548	14205
1991	38 745	6 041	8 755	14796
1990	40 610	7 003	8 875	15878
1989	40 669	7 773	8 830	16603
1988	39 693	x	x	x
1987	41 844	9 593	x	x
1986	41 775	11 137	6 930	18 067

Entre o Mar e a Terra: o estudo de caso da arte-xávega

1985	39 547	11 521	7 019	18540
1984	41 724	12 058	7 123	19181
1983	40 115	12 074	6 746	18820
1982	47 529	11 807	6 474	18281
1981	42 101	12 144	6 531	18675
1980	38 711	12 974	6 352	19 326
1979	39 082	12 877	6 107	18 984
1978	38 221	12 324	5 567	17 891
1977	36 707	12 325	5 372	17697
1976	31 754	11 763	5 161	16924
1975	28 883	11 946	4 814	16760
1974	30 621	12 521	4 152	16673
1973	29 426	12 759	4 185	16944
1972	33 034	13 048	4 064	17 112
1971	34 040	13 337	4 116	17 453
1970	33 594	13 378	4 205	17 583
1969	35 228	13 508	4 177	17685

Fonte: INE (2019)

Anexo 3 - Embarcações de arte-xávega licenciadas em Portugal

Período de referência dos dados	Embarcações de arte-xávega licenciadas em Portugal N°
	Portugal N.º
1989	62
1990	65
1991	65
1992	68
1993	77
1994	70
1995	75
1996	63
1997	86
1998	85
1999	74
2000	72
2001	76
2002	72
2003	68
2004	68
2005	67
2006	63
2007	62
2008	60
2009	57
2010	57
2011	56
2012	53
2013	53
2014	43
2015	48
2016	43

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) ¹¹

¹¹ Informação cedida por: Carneiro, M. (6 de junho de 2018). número de embarcações [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < Doutora Paula Casaleiro >